



Parceiro dos brasileiros

COOPE  
RATI  
VISMO  
DE CRÉ  
DITO

COOPE  
RATI  
VISMO  
DE CRÉ  
DITO

[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)



Parceiro dos brasileiros

# Confiança no cooperativismo

O cooperativismo de crédito, que já tem mostrado sua força nas regiões mais desenvolvidas, tem tudo para contar uma história de sucesso também nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.

O Sebrae olha com confiança para todos os rincões deste grande Brasil urbano e rural. Acreditamos no cooperativismo como indutor de transformações socioeconômicas e de maior competição no sistema financeiro nacional.

Esta publicação tem o propósito de retratar o atual estágio do cooperativismo de crédito e dos seus mais diversos atores, do caminho já percorrido e das perspectivas que se abrem. Organizados em cooperativas, os empresários de pequenos negócios terão facilitado o acesso a serviços financeiros com redução de custos. O Sebrae apóia e fomenta esta nova etapa do cooperativismo de crédito que, amparado por um marco legal em aperfeiçoamento constante prosseguirá certamente cada vez mais forte, transparente e focado no atendimento das necessidades de seus associados.

**Paulo Okamoto,**  
Diretor de Administração e Finanças  
Sebrae Nacional



Parceiro dos brasileiros

Presidente do Conselho Deliberativo Nacional  
Armando Monteiro

Diretor-presidente  
Silvano Gianni

Diretor de Administração e Finanças  
Paulo Tarciso Okamoto

Diretor Técnico  
Luiz Carlos Barbosa

Gerente da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros  
Carlos Alberto dos Santos

Gerente da Unidade de Marketing e Comunicação  
Ijalmar Nogueira

Coordenadora da Agência Sebrae de Notícias  
Cândida Bitrtencourt



Edição  
Clara Favilla

Consultoria Técnica  
Éddi Yamamura

Colaboraram nesta edição  
Cláudio Barboza, Patrícia Acioli e  
Regina Xeyla de Oliveira e Silva

Produção Gráfica  
ArteContexto

Revisão  
Chico Villela

Impressão  
Gráfica Charbel



## Cooperativismo de Crédito

Serviços financeiros mais acessíveis e com menores custos para os pequenos negócios.

Páginas 4 a 7

## Cenário de expansão

Regime de livre adesão pode deslançar de vez o cooperativismo de crédito em todo país principalmente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Conheça a trajetória dos cinco sistemas cooperativos do Brasil.

Páginas 8 a 37



## Uma grande história

A primeira cooperativa de crédito brasileira nasceu em 1902 no Rio Grande do Sul e funciona até hoje.

Páginas 38 a 41

# COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

*Serviços financeiros mais  
acessíveis e com menores custos  
para os pequenos negócios*

4

O apoio ao associativismo e ao cooperativismo de crédito é prioridade estratégica do Sistema Sebrae. “Organizados em cooperativas, os empresários de pequenos negócios têm a vida facilitada pelo acesso mais rápido e barato ao crédito e demais serviços financeiros”, diz o presidente da instituição, Silvano Gianni.

“Estamos firmemente empenhados em aumentar a participação do segmento no total de recursos disponíveis para capital de giro e financiamento de investimentos. Isso vai garantir-lhes acesso à inovação, maior faturamento e integração à economia nacional e internacional,” avalia.

O projeto de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, formatado pela instituição depois de ampla consulta ao segmento, tratará também de mecanismos que beneficiem empreendedores formais e informais na área de crédito e serviços financeiros. A possibilidade da Lei Geral é um dos avanços produzidos pela reforma tributária, promulgada em dezembro de 2003, e o Sebrae está articulando com o Executivo e o Congresso a sua tramitação ainda este ano.

Segundo Silvano Gianni, o Sebrae vai continuar com um forte diálogo institucional com seus parceiros do sistema financeiro público e do privado para o aperfeiçoamento de produtos específicos para o segmento das MPE. Esse diálogo está sendo amparado pelo convênio de cooperação técnica firmado com o Banco Central, em maio passado, e com os convênios em implementação com os sistemas cooperativos de crédito e entidades empresariais.

“O cooperativismo reforça e viabiliza a nossa metodologia de construção de soluções coletivas para o segmento, tendo como focos aglomerados de empresas, como os núcleos setoriais, redes de fornecedores e os arranjos produtivos locais. Uma metodologia que minimiza riscos e maximiza resultados.”

EUGÊNIO NOVAES

**Silvano Gianni**  
e **Henrique Meirelles**,  
durante cerimônia  
de assinatura do  
convênio de  
cooperação técnica  
entre o Sebrae  
Nacional e Banco  
Central, em maio  
deste ano





**“O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, SÓLIDO E SOFISTICADO, COMPORTA MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.”**

Paulo Okamoto, Sebrae Nacional

Quando o assunto é cooperativismo, o diretor de Administração e Finanças do Sebrae, Paulo Okamoto, fala com o coração. “Nasci dentro do cooperativismo. Meu pai passou toda a sua vida dentro dele,” diz emocionado.

Para Okamoto, o cooperativismo em geral e o de crédito em particular aponta para o futuro, para uma modernização do país que alcance, tanto as periferias das grandes cidades, como as áreas mais isoladas e carentes do país.

Ele avalia que a aposta do Sebrae no cooperativismo de crédito vai dar resultados diretos e indiretos. Vai ampliar o acesso dos empresários dos pequenos negócios ao crédito e demais serviços financeiros e, ao mesmo tempo, por meio da redução dos seus custos, induzir maior competição no sistema financeiro.

“Temos um sistema financeiro sofisticado e sólido. Temos estabilidade econômica. Esta é a melhor hora para o cooperativismo de crédito deslanchar para valer no Brasil.

Queremos que o fortalecimento do cooperativismo se dê em todo o Brasil. Mas em regiões onde está ainda emergindo, atuaremos com ênfase especial.”

## O Sebrae e o Cooperativismo de Crédito

- O apoio ao associativismo e ao cooperativismo de crédito é prioridade estratégica do Sistema Sebrae, no contexto de uma abordagem coletiva para construção de soluções para o segmento dos pequenos negócios.
- O foco do Sebrae privilegia o fortalecimento e disseminação de cooperativas de empresários de pequenos negócios e das que estão se adequando às regras de livre admissão para abrigá-los.
- O Sebrae apoiou e colaborou para o aperfeiçoamento do marco regulatório do cooperativismo de crédito que passou a prever as cooperativas de empresários de pequenos negócios e cooperativas de livre adesão. Convênio de cooperação técnica, firmado pela instituição com o Banco Central, vai permitir novos avanços.
- O Sebrae está firmando convênios de cooperação técnica com todos os sistemas cooperativos de crédito. Um dos objetivos do convênio é a capacitação, em vários níveis, dos dirigentes e administradores de cooperativas para torná-las cada vez mais eficientes, transparentes, integradas e competitivas. Também estão sendo firmadas parcerias com entidades representativas do setor empresarial para lançamento e consolidação de cooperativas de empresários ou de livre admissão.
- O Sebrae está apoiando cooperativas em todo o país com prioridade para as regiões onde o cooperativismo está emergindo, como as do Norte e Nordeste.



# Lula e o cooperativismo

O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA RECOMENDOU À POPULAÇÃO QUE FUJA DOS JUROS ALTOS DO MERCADO FINANCEIRO E SE ORGANIZE EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA OBTER FINANCIAMENTOS COM CUSTOS REDUZIDOS.

SEGUNDO O PRESIDENTE, O PROBLEMA DOS JUROS ALTOS NÃO SE RESOLVE SÓ COM LEIS E SIM COM AÇÕES. E ENTRE ESSAS AÇÕES ESTÃO O AUMENTO DO NÚMERO E O FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.

"EU NÃO CONSIGO COMPREENDER PORQUE ALGUÉM VAI A UM BANCO TIRAR DINHEIRO COM UM CARTÃO DE CRÉDITO PARA PAGAR 12% DE JUROS AO MÊS. EU NÃO CONSIGO COMPREENDER. POR QUE VAI? É MELHOR NÃO IR. SE NÃO FOSSE, ISSO (OS JUROS ALTOS) ACABARIA", DISSE O PRESIDENTE (FOTO), DURANTE CERIMÔNIA EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO, NO ÚLTIMO 6 DE JULHO, NA SEDE DA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB), EM BRASÍLIA.

## Spread bancário

*Falta competição no sistema financeiro*

Os agentes econômicos começam a identificar devidamente as causas do alto custo dos serviços financeiros. Entidades representativas dos empresários, trabalhadores e consumidores ajustam a mira e a taxa básica de juros, a Selic, sujeitas aos humores conjunturais da economia, não mais ocupa

toda a cena. O desafio, de ordem estrutural, é a adoção continuada de medidas para reduzir o *spread* bancário, a diferença entre os custos de captação dos recursos pelas instituições financeiras e o que elas cobram nos empréstimos.

“Conseguimos também estar entre os países campeões nessa área. Nossos *spreads* são estratosféricos”, diz o gerente da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros do Sebrae (UASF), Carlos Alberto dos Santos, especialista em sistema financeiro e desenvolvimento local. Somente os encargos fiscais que recaem sobre as operações e a inadimplência

não são suficientes para explicar os níveis altíssimos dos *spreads*. A alta rentabilidade dos bancos com a economia instável ou estável, com o Produto Interno Bruto (PIB) em alta ou em baixa, mostra a capacidade que eles têm de defender sua altas margens de lucro, qualquer que seja a situação em que atuem. Além dos *spreads*, também as altas tarifas cobradas sobre os serviços bancários oneram as operações financeiras.

Uma queda acentuada dos custos do crédito para o tomador final, pessoa física e jurídica, dependem de medidas que aumentem a competição no sistema financeiro. Um aumento da escala de operações, por meio da oferta de serviços para segmentos da população hoje excluídos do atendimento bancário, também pode contribuir para a redução dos custos financeiros das micro e pequenas empresas.

Um exemplo de medidas estruturais que vão contribuir para alterar o quadro atual é o novo Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, que torna possível o acesso do interessado a seu histórico financeiro, criando na prática o Cadastro Positivo. O cliente, de posse dessas informações, pode negociar melhores condições para empréstimos e serviços financeiros com o próprio banco que o assiste ou até mudar de banco em busca delas, se for o caso.

“Só o cadastro negativo do potencial tomador do empréstimo ou financiamento podia ser acessado pelos bancos e comércio, há anos, por meio de um sofisticado sistema operacional, em tempo real, *on-line*, pelos bancos e comércio. Inaugurou-se, agora, uma via de mão dupla”, ressalta Carlos Alberto.

Outro caminho, além de medidas legislativas como a aprovação da nova Lei de Falências ou de redução dos encargos fiscais, é a proliferação cada vez maior das cooperativas de crédito, na esteira de regras mais flexíveis aprovadas pelo Banco Central.

A solução para os altos custos dos empréstimos não está apenas em novas leis que têm todo um processo de aprovação e de implementação. No caso específico da redução do *spread*, pela via da desoneração fiscal, existem restrições impostas pela execução orçamentária. “Por isso, a importância de se trabalhar fortemente na disseminação do coo-

perativismo de crédito”, diz Carlos Alberto.

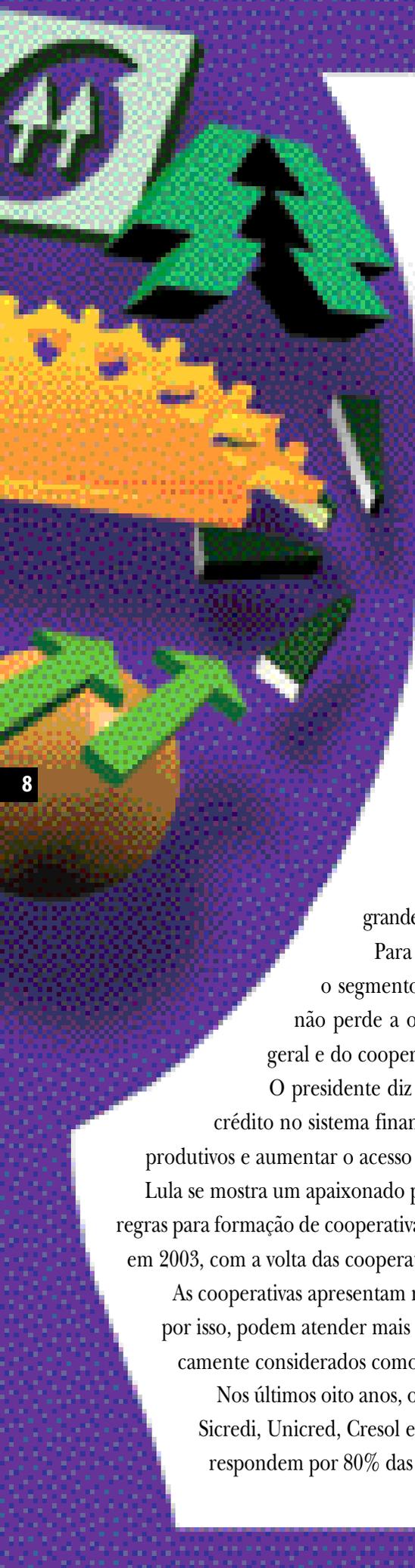
Está comprovado que, quando a cooperativa chega, as agências dos bancos tradicionais movimentam-se para não perder clientes. Movimento que se traduz em benefício direto para toda a população do município. Este efeito pode ser observado nas regiões mais desenvolvidas do país. Já nos pequenos municípios mais isolados e carentes do país, as cooperativas ganham visibilidade como importantes agentes de desenvolvimento local.

EUGÊNIO NOVAES



“ FAZ PARTE DA SUBSTÂNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, DA SUA NATUREZA, A CAPACIDADE DE APROXIMAR AS DUAS PONTAS, A DA DEMANDA E A DA OFERTA POR SERVIÇOS FINANCEIROS, TÃO LONGE UMA DA OUTRA NO SISTEMA BANCÁRIO TRADICIONAL NO CASO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS. É ISSO O QUE LHE CONFERE EFICIÊNCIA ”

Carlos Alberto dos Santos, Sebrae Nacional



# Cenário de expansão para as cooperativas de crédito

*Regime de livre adesão pode deslanchar de vez o cooperativismo de crédito em todo o país*

O cooperativismo de crédito brasileiro registrou, nos últimos oito anos, um crescimento notável. As cooperativas passaram de 965, em 1996, para 1.454, em 2003, um crescimento de 51%. Para os próximos anos, a perspectiva de expansão também é grande em função de um marco legal ainda mais flexível, em vigor desde o ano passado.

Para se consolidar como parte cada vez mais importante do sistema financeiro nacional, o segmento conta com um aliado de peso, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele não perde a oportunidade de deixar claro para a população as vantagens do cooperativismo em geral e do cooperativismo de crédito em particular.

O presidente diz sempre que não medirá esforços para ampliar a participação do cooperativismo de crédito no sistema financeiro nacional, como forma de torná-lo mais voltado ao atendimento de segmentos produtivos e aumentar o acesso da população ao crédito e a serviços financeiros.

Lula se mostra um apaixonado pelos princípios cooperativistas de gestão democrática e solidária. A flexibilização das regras para formação de cooperativas de crédito teve início no final do governo passado. Mas o lance mais ousado se deu, em 2003, com a volta das cooperativas de livre adesão.

As cooperativas apresentam menores custos operacionais que os bancos, funcionam próximas a seus associados e, por isso, podem atender mais rapidamente às demandas que chegam e praticar juros mais baixos. Os lucros, tecnicamente considerados como sobras, são divididos entre os associados ou reinvestidos.

Nos últimos oito anos, o número de associados dos cinco principais sistemas cooperativos de crédito (Sicoob, Sicredi, Unicred, Cresol e Ecosol) saltou 950%, passando de 179 mil para quase 1,9 milhão. Os cinco sistemas respondem por 80% das cooperativas em funcionamento. O restante é formado por entidades independentes.

Em 2003, o segmento captou R\$ 5,7 bilhões em depósitos e realizou operações de crédito no montante de R\$ 5,2 bilhões. Mas, levando-se em conta o tamanho e a diversidade da economia brasileira, esses volumes podem ser considerados baixos. Há, portanto, muito espaço para o cooperativismo de crédito se expandir no Brasil.

Segundo o documento “Cooperativas de Crédito – História da Evolução Normativa”, de Marcos Antonio Henriques Pinheiros, do Banco Central, as cooperativas de crédito respondiam, em dezembro de 2003, por 2,14% das operações de crédito e por 2,24% do patrimônio líquido do sistema financeiro nacional.

O mesmo documento registra que, em 2000, 46% das instituições de crédito da Europa eram cooperativas, com uma participação de 15% na intermediação financeira total.

### Livre adesão

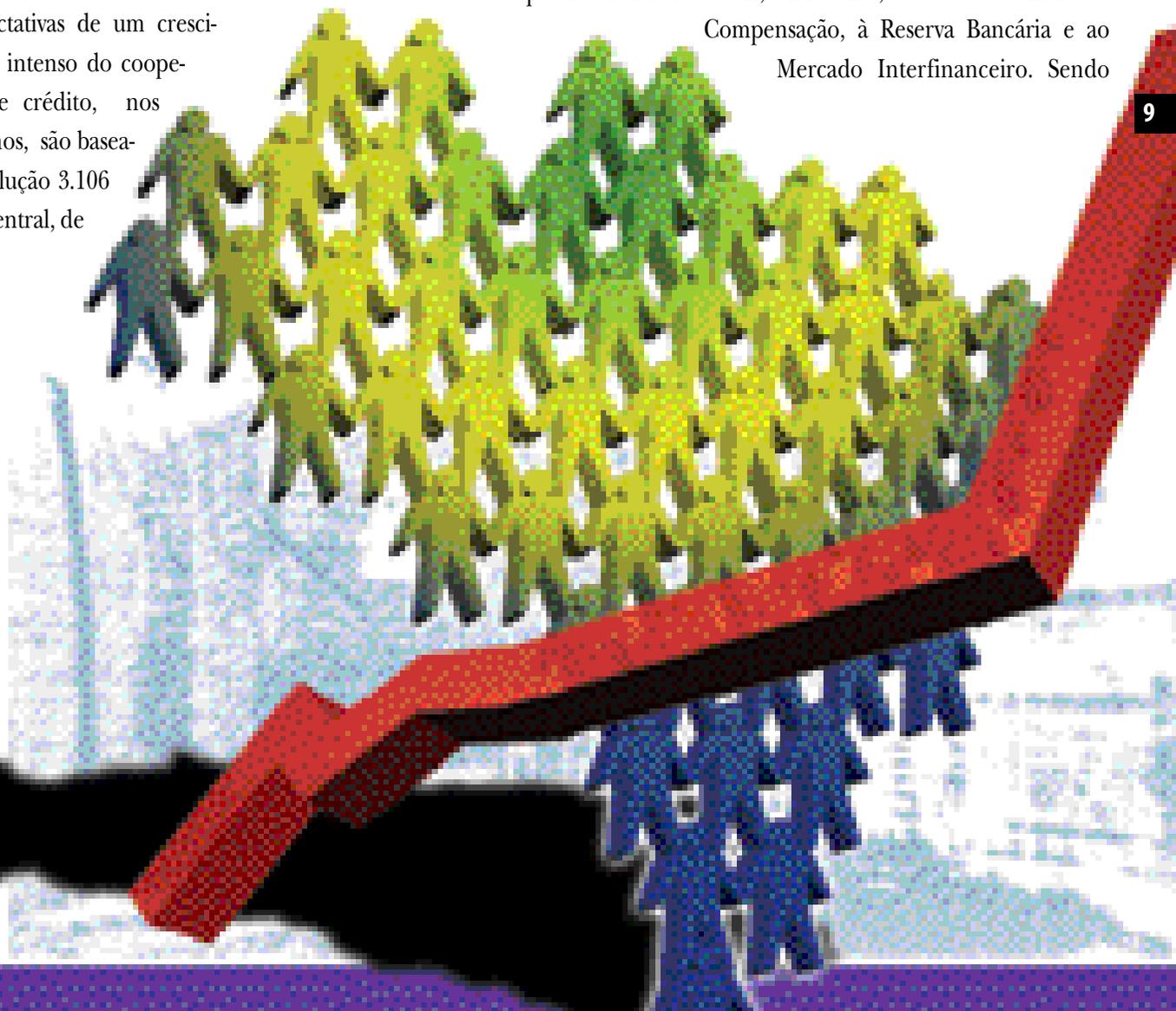
As expectativas de um crescimento mais intenso do cooperativismo de crédito, nos próximos anos, são baseadas na Resolução 3.106 do Banco Central, de

25 de agosto de 2003, que instituiu o regime de livre admissão de associados, regra já praticada pelas cooperativas do tipo “Luzzatti”, que deixaram de ser autorizadas em 1992. A primeira delas surgiu em 1906 em Lajeado (RS) e continua em atividade. Elas podem atender a empreendedores e trabalhadores da economia informal. Restaram apenas dez no país.

Já em 2000, mesmo antes da flexibilização do marco legal, notava-se uma tendência de crescimento do cooperativismo de crédito possivelmente em razão dos altos juros e *spreads* bancários. Já existiam, então, 1.235 cooperativas, 29% a mais que em 1990.

### Bancos cooperativos

As cooperativas de crédito são instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central. São propriedades coletivas, administradas democraticamente por integrantes de seu quadro social. Não têm, entretanto, acesso à Câmara de Compensação, à Reserva Bancária e ao Mercado Interfinanceiro. Sendo



assim, para operarem, necessitam de um banco comercial como parceiro.

Em 16 de outubro de 1995, o Conselho Monetário Nacional autorizou que as cooperativas filiadas à Central do Sicredi - RS constituíssem o Banco Cooperativo Sicredi S. A. (Bansicredi), o primeiro banco cooperativo privado brasileiro, para que seus associados pudessem ter acesso a produtos e serviços bancários. Em junho do ano seguinte foi inaugurada, em Porto Alegre (RS), a agência matriz do Bansicredi. Em seguida, o Bansicredi torna-se um banco interestadual, ao passar a atender, progressivamente, às centrais Sicredi de outros estados. Atualmente, o Bansicredi, por convênio, é também o banco do Sistema Unicredi.

O Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) é o banco das cooperativas de crédito do Sistema Sicoob, que passaram a ter, a partir de sua entrada em operação, produtos e serviços melhores e a custos mais baixos.

As cooperativas de crédito do Sicoob utilizam, por meio de convênio, os serviços prestados pelo Bancoob, mas não são agências do banco que têm com o sistema uma ligação operacional. Tanto o Bancoob como as Cooperativas Centrais e Singulares são instituições jurídicas completamente independentes. O Bancoob não interfere nas questões jurídicas, administrativas e políticas das cooperativas nem no relacionamento e na responsabilidade da cooperativa de crédito com os seus sócios e/ou funcionários.

O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), criado por organizações não governamentais e entidades de representação dos interesses dos agricultores familiares, opera com o Banco do Brasil.

Outro sistema cooperativo importante no país é o Ecosol, Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária, braço da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Atua por intermédio do Bancredi, a cooperativa dos bancários da cidade de São Paulo e municípios vizinhos.



Divulgação

**“VEJO O FUTURO DO COOPERATIVISMO COM OTIMISMO PORQUE, NA REALIDADE, HÁ UM ESPAÇO ENORME PARA CRESCER. HOJE, CERCA DE 40 A 50 MILHÕES DE PESSOAS NÃO TÊM NEM CONTA BANCÁRIA. SOMOS NÓS QUE VAMOS OCUPAR ESSE ESPAÇO, E ATENDER AOS SEGMENTOS DOS PEQUENOS NEGÓCIOS E DE PESSOAS COM MENOR PODER AQUISITIVO. ISSO TUDO SEM PRECISAR DISPUTAR OU CONFRONTAR O SISTEMA BANCÁRIO TRADICIONAL. O COOPERATIVISMO DEMONSTRA O PODER DE ORGANIZAÇÃO DE UMA SOCIEDADE EM VÁRIOS SETORES**



**RAIMUNDO MARIANO,  
PRESIDENTE DO BANCOOB**



Divulgação

**“O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO HORIZONTAL, A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE COOPERATIVAS, E VERTICAL DO SICREDI, UNINDO COOPERATIVAS DE CRÉDITO SINGULARES, CENTRAIS, CONFEDERAÇÃO E BANCO COOPERATIVO, É PRESSUPOSTO NECESSÁRIO PARA QUE OS ASSOCIADOS ATINJAM SEUS OBJETIVOS**

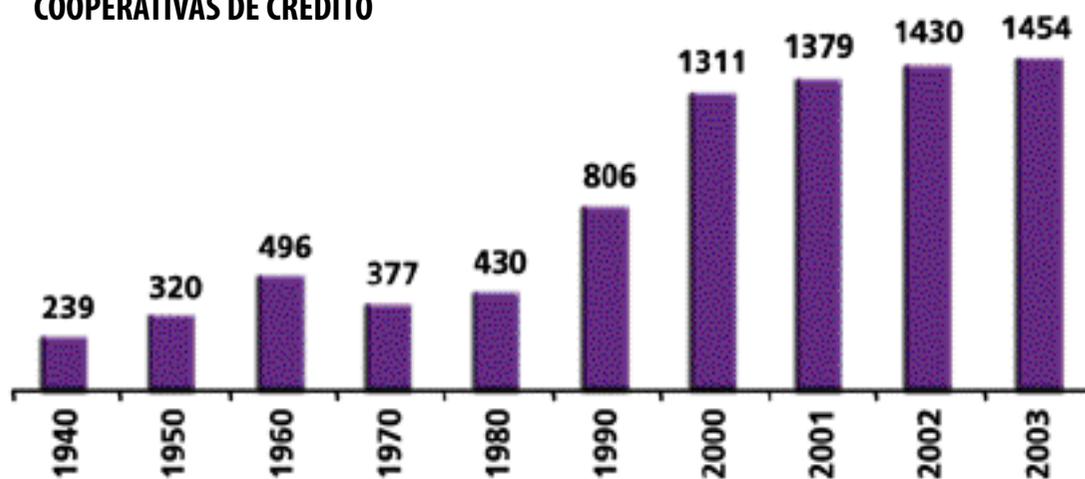


**ADEMAR SCHARDONG,  
PRESIDENTE DO BANSICREDI**



CONHEÇA ALGUNS NÚMEROS SIGNIFICATIVOS APRESENTADOS PELOS CINCO MAIORES SISTEMAS COOPERATIVOS DE CRÉDITO (SICOOB, SICRED, UNICRED, CRESOL E ECOSOL) COM BASE EM LEVANTAMENTO DE 2003.

### COOPERATIVAS DE CRÉDITO



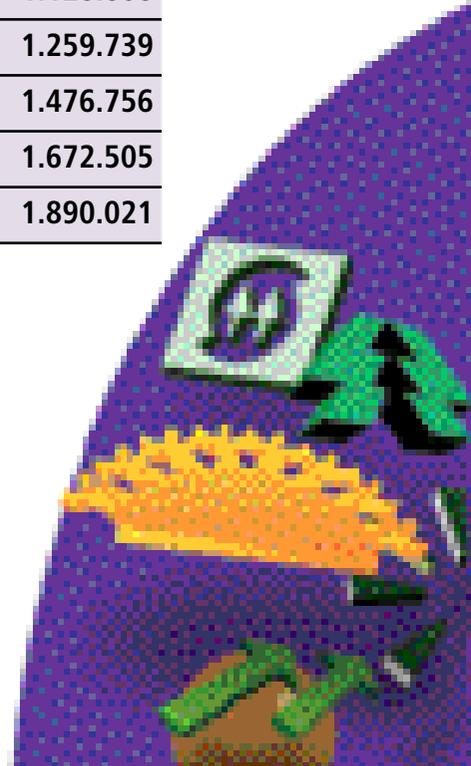
Fonte:  
"Cooperativas de Crédito – História da Evolução Normativa",  
Banco Central

### NÚMERO DE ASSOCIADOS DOS SISTEMAS COOPERATIVOS

	SICOOB	SICREDI	UNICRED	CRESOL	ECOSOL	TOTAL
1.996	-	155.106	22.540	1.639	-	<b>179.285</b>
1.997	-	170.721	24.517	2.674	-	<b>197.912</b>
1.998	656.000	331.025	34.084	5.898	-	<b>1.027.007</b>
1.999	719.000	358.090	40.402	11.316	-	<b>1.128.808</b>
2.000	828.000	367.233	49.331	15.175	-	<b>1.259.739</b>
2.001	918.000	474.931	63.285	20.540	-	<b>1.476.756</b>
2.002	972.000	592.978	76.288	29.990	1.249	<b>1.672.505</b>
2.003	1.035.000	718.285	91.097	42.375	3.264	<b>1.890.021</b>

Fonte:  
Sistemas Cooperativos.

- 1.095** Cooperativas de Crédito
- 31** Cooperativas Centrais
- 1,890** milhão de associados
- 3.014** pontos de atendimentos
- R\$ 2,6 bilhões** de Patrimônio Líquido Ajustado
- R\$ 5,7 bilhões** de depósitos
- R\$ 5,2 milhões** em operações de crédito





## AS MPE E O NOVO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

**A**s micro e pequenas empresas brasileiras sempre enfrentaram dificuldades no acesso ao crédito, por motivos que vão desde a desconfiança tradicional do sistema financeiro em relação ao segmento até à sua incapacidade de oferecer garantias adequadas. Quando superam os obstáculos e conseguem financiamento, os recursos geralmente não são adequados, em termos de custos e prazos, às suas necessidades.

Os analistas de crédito dos bancos não conhecem bem o segmento dos pequenos negócios e desconfiam dos demonstrativos contábeis apresentados pelas MPEs. Para reduzir a assimetria de informações, os bancos poderiam atuar mais próximos dos tomadores de crédito, principalmente nos arranjos produtivos locais, em que o número de pequenas empresas instaladas lhes proporcionaria maior conhecimento dos clientes e escala operacional.

O melhor exemplo de finanças de proximidade são, atualmente, as cooperativas de crédito. Sua atuação bem próxima do tomador de recursos, aliada ao conhecimento da situação financeira e do histórico de adimplência de cada associado, torna o segmento cooperativista uma solução ideal para os micro e pequenos empresários, no sentido de facilitar seu acesso ao crédito.

No entanto, a antiga regulamentação do setor (Resolução CMN nº 2.771/00) não permitia que empresários de atividades diversificadas se organizassem em cooperativas de crédito. Em dezembro de 2002, com a publicação da Resolução nº 3.058, foi dado o primeiro passo para que os empresários dos pequenos negócios aderissem às cooperativas de crédito, como alternativa para seu acesso aos serviços financeiros adequados às suas necessidades.

A Resolução nº. 3.106, de 25 de junho de 2003, revogou a 3.058 e consolidou as normas para o cooperativismo de crédito de micro e pequenos empresários, inclusive aqueles denominados “informais” ou “por conta própria”, que a legislação agora

chama de “microempreendedores”. Permitiu, além disso, a criação de cooperativas abertas, denominadas de livre admissão de associados. As cooperativas existentes (segmentadas ou de crédito rural, por exemplo) poderiam optar pela sua transformação em cooperativas abertas, desde que obedecidas as condicionantes estabelecidas nesse marco regulatório.

A idéia original da livre admissão de associados, segundo pronunciamento de dirigentes do Banco Central, foi permitir a organização de populações com pouquíssimo acesso a serviços financeiros, tais como as localizadas longe dos grandes centros, para que pudessem mobilizar e aplicar recursos em seu próprio benefício, estimulando assim pequenos empreendimentos rurais e urbanos geradores de empregos.

A prioridade governamental para a constituição de cooperativas abertas foi bem definida e focada nas regiões mais carentes e segmentos menos favorecidos, ao estabelecer capital social inicial pequeno (R\$ 10 mil) e limitando sua área de atuação a municípios que, juntos, apresentem menos de 100 mil habitantes. Segundo o Censo 2000 do IBGE, 95% dos municípios brasileiros têm menos de 100 mil habitantes. No caso de transformação de cooperativas, a população máxima da área de atuação é de 750 mil habitantes.

A resolução introduziu, no sistema cooperativista de crédito, a obrigatoriedade de apresentação ao Bacen de estudos técnicos, comprovando a viabilidade econômica e financeira da nova cooperativa como condição prévia aos seus atos de constituição. Assim, o Banco Central procurou evitar que grupos entusiasmados ou só com dados empíricos liderassem a abertura desordenada de cooperativas de crédito. É mister lembrar que elas são instituições financeiras, ou seja, lidam com poupanças populares, necessitando, portanto, de regras rígidas de proteção aos poupadores.

Além dos estudos técnicos, o normativo estabeleceu a obrigatoriedade de a cooperativa (nova ou em transformação) pertencer a um sistema organizado. A cooperativa deve ser acolhida por uma cooperativa central, com reconhecida capacidade técnica e estrutural, que lhe dará apoio na fase inicial. Como qualquer empresa que inicia seus negócios, sua chance de sucesso tende a aumentar com uma ajuda institucional nessa fase difícil.

Essa nova missão foi claramente definida na Resolução n.º 3.106, ao estabelecer que compete à central ser o principal instrumento de controle das novas cooperativas abertas e das de micro e pequenos empresários. Além do relatório de conformidade com o projeto técnico e à iniciativa da criação da cooperativa, compete-lhe supervisionar seu funcionamento, promover a capacitação de seus dirigentes e realizar semestralmente a auditoria de suas demonstrações financeiras.

Para que os futuros associados diminuam o receio natural de aplicar suas poupanças nos depósitos à vista ou a prazo de uma cooperativa iniciante, o Banco Central exige, ainda, que ela comprove participar de fundo garantidor de depósitos. Essa participação pode ser viabilizada pelas centrais.

Faltava, ainda, uma peça no quebra-cabeça da reestruturação do cooperativismo de crédito: a participação dos empresários no movimento. Para eles, foi publicada a Resolução n.º 3.140, em 27 de novembro de 2003. Assim, o Conselho Monetário Nacional incluiu mais uma categoria nos critérios de admissão de associados: a de empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a um mesmo sindicato patronal ou direta ou indiretamente a associação patronal de grau superior, em funcionamento, no mínimo, há três anos, quando da constituição da cooperativa.

Ficou então, nos meios cooperativistas, uma pequena dúvida: como o Bacen veria o cooperativismo de empresários liga-

dos a associações comerciais, câmaras de dirigentes lojistas, federações de associações comerciais etc. que, por definição legal, não são associações patronais e, sim, órgãos de classe? O entendimento de bom senso é que todas as citadas entidades têm legitimidade para representar os empresários associados, no seu direito de participar de cooperativas de crédito.

Recentemente, o Conselho Monetário, com a aprovação da Resolução n.º 3.188, proporcionou ao cooperativismo de crédito acesso a uma fonte tradicional de recursos, até então de exclusividade dos bancos oficiais federais: permitiu aos bancos cooperativos a captação de poupança rural (a caderneta verde), utilizando-se de convênios com as cooperativas de crédito rural e com as de livre admissão de associados.

Pelo texto publicado, as cooperativas de crédito de micro e pequenos empresários ou microempreendedores foram excluídas dos convênios com os bancos cooperativos para a captação dos depósitos. Entretanto, inúmeras cooperativas de crédito rural estão em processo de transformação em cooperativas de micro e pequenas empresas, por não terem ainda atingido os valores mínimos de capital social para se transformarem em cooperativas abertas. Assim, enfrentarão um dilema angustiante: em caso de transformação, perderão o direito de captar os recursos da poupança rural; se não se transformarem, perderão certamente a oportunidade de crescimento, integração e sinergia com os micro e pequenos empresários e microempreendedores da sua área de atuação.

Finalmente, levantamentos divulgados pelos dirigentes do Bacen sobre a demanda por abertura de cooperativas mostram que o movimento cooperativista rompeu a inércia e, lenta e gradualmente, procura se firmar como uma alternativa viável para o acesso ao crédito pelos empresários de qualquer porte e por aqueles que, mesmo sem estar no mercado formal, contribuem para a geração de emprego e renda no país.

\* Consultor do Sebrae

**A PARTICIPAÇÃO  
DOS EMPRESÁRIOS  
ERA A PEÇA  
QUE FALTAVA NO  
QUEBRA-CABEÇA DA  
REESTRUTURAÇÃO DO  
COOPERATIVISMO  
DE CRÉDITO**

**“PARECE ÓBVIO QUE AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO QUE TRABALHAM APENAS EFETUANDO PEQUENOS EMPRÉSTIMOS COM RECURSOS EXCLUSIVOS DE CAPITAL NÃO DEVEM SER TRATADAS DA MESMA FORMA QUE AQUELAS COM ESTRUTURA OPERACIONAL MAIS COMPLEXA. TANTO DO PONTO DE VISTA NORMATIVO QUANTO DO APOIO INSTITUCIONAL, SEM UM TRATAMENTO DIFERENCIADO DIFICILMENTE ELAS TERÃO SUCESSO. ADEMAIS, SISTEMAS BEM ESTRUTURADOS, COM UMA POLÍTICA DE ESTÍMULO À FILIAÇÃO, OFERECEM MELHORES CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA, NÃO APENAS ÀS DIFICULDADES DE INÍCIO DE PROJETO – PRINCIPALMENTE PELA ECONOMIA DE ESCALA -, MAS TAMBÉM ÀS NATURAIS FLUTUAÇÕES QUE ESSAS SOCIEDADES SOFREM, INDEPENDENTEMENTE DO SEU PORTE, POR ESTAREM SUJEITAS ÀS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA REGIÃO ONDE ATUAM”**

# Os desafios do cooperativismo de crédito\*

*\* Resumo do documento “A evolução normativa recente do cooperativismo de crédito”, apresentado por Sérgio Darcy da Silva Alves e Marden Soares no Seminário sobre Cooperativismo de Crédito promovido pelo Banco Central e Banco Mundial, em Recife, no mês de junho deste ano.*



**Sérgio Darcy da Silva Alves,**  
*diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central*

As cooperativas de crédito fazem parte do sistema financeiro que tem o Banco Central como órgão regulador e fiscalizador. Nos últimos anos, o Banco Central tem desempenhado um papel fundamental no grande processo de renovação e expansão do cooperativismo de crédito. Segundo o diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BC, Sérgio Darcy da Silva Alves, e o consultor do Departamento de Organização do Sistema Financeiro, Marden Soares, os principais desafios a serem enfrentados nessa área são os seguintes:

■ **fortalecimento do sistema** – pelo aumento do profissionalismo, induzido por instrumentos como o ranqueamento de centrais, a certificação para gerentes e a capacitação do cooperado visando ao seu maior envolvimento nos negócios da sociedade;

■ **aperfeiçoamento estrutural** – por intermédio da reformulação do papel das confederações e da estratificação do setor em níveis de maturidade que permitam a adoção de tratamento diferenciado para aquelas que realmente mereçam esse tratamento;

■ **homogeneizar** – a atuação das cooperativas centrais de crédito, com vistas à correção de eventuais distorções, de modo a tornar mais eficaz a estrutura normativa em vigor;

■ **viabilização das que nascem pequenas** – mediante a criação de mecanismos que possam, uma vez identificado o potencial de crescimento de um determinado grupo, permitir que esse grupo sobreviva ao período

**Marden Soares,**  
*consultor do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central*



inicial de maturação. Sem esse estímulo, torna-se difícil a ocupação de regiões com baixo IDH;

■ **implementação e consolidação de fundos garantidores** – estimular a implantação e consolidação dos fundos garantidores já previstos na norma, também como forma de fortalecer o sistema, tornando-o menos vulnerável a flutuações.

É importante ressaltar que eventuais passos subsequentes na regulamentação estão necessariamente vinculados à evolução do setor e à sua qualidade institucional, especialmente nos aspectos referentes à supervisão, auditoria, capacitação técnica e elevação dos níveis patrimoniais. Essa qualidade constitui-se, sem dúvida, na melhor ferramenta para abrir novos caminhos, sob qualquer perspectiva.

Finalmente, é necessário realçar que a regulamentação do sistema financeiro, em qualquer âmbito, encontra-se em constante revisão e aperfeiçoamento. É um processo contínuo, ajustado ao dinamismo e à velocidade do mercado.

Esses ajustes são eficazes na medida em que criam base regulamentar adaptada às necessidades de cada setor, viabilizando a implementação de projetos com vistas à elevação dos padrões técnicos, do volume de serviços prestados e do número de clientes atendidos, sem desconsiderar, contudo, os parâmetros de segurança, de profissionalismo e de transparência hoje exigidos, antes de tudo, pela própria sociedade brasileira.

# SEBRAE CACB

## Nova parceria para fomentar o cooperativismo de crédito

*O apoio ao associativismo e à disseminação e fortalecimento das cooperativas de crédito, que tenham como integrantes empresários de pequenos negócios, é prioridade estratégica do Sebrae*

O Sebrae e a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) estão firmando nova parceria. Desta vez, para o fomento do cooperativismo de crédito. O apoio ao associativismo e à disseminação e fortalecimento das cooperativas de crédito, que tenham como integrantes empresários de pequenos negócios, é prioridade estratégica do Sebrae para ampliar, já no curto prazo, a oferta de crédito e demais serviços financeiros ao segmento.

Na região Sul, as associações comerciais estão se mostrando bases eficientes de lançamento de novas cooperativas de crédito. A CACB é formada por 27 federações e 2.038 associações comerciais e industriais com 2,5 milhões de empresas filiadas. Trata-se, portanto, de uma plataforma promissora de disseminação do cooperativismo.

As cooperativas não trazem benefícios apenas para seus associados, mas para toda a comunidade. “São agentes de desenvolvimento local e sustentável,” diz o gerente da Unidade de Políticas Públicas do Se-



DIVULGAÇÃO

brae, **Bruno Quick**. Segundo ele, a formação de novas cooperativas a partir de uma forte mobilização no âmbito das associações comerciais e industriais aumenta o grau de representatividade das micro e pequenas empresas perante outros atores políticos e econômicos.

“Apostamos muito nessa parceria porque as associações comerciais têm condições de ser, ao mesmo tempo, indutoras da representatividade das micro e pequenas empresas, do cooperativismo de crédito e do desenvolvimento local”, ressalta Quick.

## O TRABALHO CONJUNTO CACB/SEBRAE DEVE RESULTAR NA ESTRUTURAÇÃO DE UM MODELO DE AÇÃO QUE:

- POSICIONE AS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS COMO ARTICULADORES DE INSTÂNCIAS LOCAIS DE PLANEJAMENTO, MOBILIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO;
- FOMENTE A IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E O FORTALECIMENTO DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, COMO MECANISMO DE FORMAÇÃO DE POUPANÇA E FINANCIAMENTO ÀS MPE;
- CONSOLIDE A ATIVIDADE EMPRESARIAL COMO FATOR DE FOMENTO DE NEGÓCIOS E DA ECONOMIA REGIONAL.

### Cautela e seriedade

“Estamos montando esse processo de criação de cooperativas de crédito com toda cautela e seriedade”, informa o presidente da CACB, **Luiz Otávio Gomes**. E alerta: “a atividade tem risco, sim. Toda atividade humana e a própria vida têm risco, mas estamos tomando todos os cuidados para garantir o sucesso.”

Desde o início de 2003, as associações comerciais do Paraná já apoiaram a criação de 12 cooperativas de crédito, uma ligada ao setor rural e as outras, ao comércio. E já se encontram, no Banco Central, propostas para a criação de outras dez entidades. Depois do sucesso no Paraná, a capacidade de indução das associações comerciais na criação de cooperativas de crédito está sendo também experimentada em Cuiabá, capital do Mato Grosso.



### Agências de desenvolvimento

Uma cooperativa em cada cidade em que exista associação comercial é a proposta arrojada da entidade para os próximos anos. “Estamos em franca expansão”, comemora o empresário **Jefferson Nogaroli**, presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná (Faciap).

“Desta forma, as associações deixam de ser simples prestadoras de serviços e vão também ser agências de desenvolvimento. A diferença entre bancos e cooperativas é que enquanto os bancos buscam maximizar seus lucros, as cooperativas minimizam os custos financeiros de seus associados”, diz o presidente da Faciap.



### Confiança no futuro

O diretor-presidente do Sicoob Central Paraná, **Luiz Ajita**, está confiante nesse processo de expansão do cooperativismo de crédito empresarial. A central que dirige está focada basicamente nesse tipo de cooperativismo. Ajita foi um dos fundadores da Sicoob Metropolitana de Maringá, a mais antiga do sistema no estado.

Já consolidada, a Metropolitana recebe diariamente comitivas de todo o Brasil, principalmente de integrantes de associações comerciais, interessados em replicar a experiência. É realmente um caso de sucesso. Em funcionamento desde novembro de 1999, conta com cerca de 6 mil associados e administra R\$ 55 milhões/mês.



# FIBRA FIESP

estado não recorrem a empréstimos bancários. Outras 29% acessam capital de giro por meio do cartão de crédito (pessoa física) de seus proprietários.

O não-acesso ao crédito ou o acesso a custos altíssimos comprometem a rentabilidade e a expansão dos pequenos negócios. É a este tipo de público, formal mas com dificuldades no relacionamento com os bancos, que a Credindústria em Brasília e outras três cooperativas no estado de São Paulo querem atender.

Ao darem os primeiros passos para criar alternativas mais baratas de financiamento para investimentos ou capital de giro, as entidades empresariais começam a fazer o que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, chamou de “revolução do crédito no Brasil”.

A maior proximidade com os empreendedores de pequenos negócios e a capacidade de prestar o serviço com mais rapidez são características que tornam as cooperativas instrumentos eficazes no atendimento de varejo.

“Essa é a melhor maneira de fazer os recursos chegarem até a ponta”, afirma Walquíria Aires, diretora da Fibra e representante da entidade junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), órgão responsável pela definição da política do setor. A aposta nesse sistema fez a Fibra propor durante a última reunião do CNDI uma nova forma de fortalecer as cooperativas de empresas.

A idéia, segundo explica a diretora, é que parte dos recursos do BNDES referentes a financiamentos para micro, pequenas e médias empresas seja intermediada por cooperativas empresariais em todo o país. Somente nos cinco primeiros meses deste ano foram liberados R\$ 4,4 bilhões. Para 2005, a expectativa é de que esse desembolso aumente em 25%. Atualmente os recursos do BNDES são liberados mediante a intermediação dos bancos.

O objetivo é aumentar a capacidade de operação das cooperativas. “Os bancos preferem trabalhar com valores

## *O movimento de abertura de novas cooperativas de crédito já contagia pesos pesados da indústria*

As entidades representativas da indústria no Brasil começam a aderir ao cooperativismo de crédito. Somente no primeiro semestre deste ano, dois pesos pesados do setor entraram em grande estilo na crescente abertura de novas cooperativas de crédito.

A Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e a Federação das Indústrias de Brasília (Fibra) debutam em um nicho já aprovado por organizações produtoras do meio rural. De olho nesse mercado, estão propondo que essas cooperativas se tornem agentes financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e possam, assim, repassar recursos destinados ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas.

Iniciativas como essa ampliam a oferta de serviços financeiros com redução de custos para o setor produtivo e forçam maior competição no âmbito do sistema financeiro. Pesquisa, divulgada em abril pelo Sebrae em São Paulo, mostra que 61% das micro e pequenas empresas formais do

altos, o que é inviável para a maioria dos pequenos”, diz a diretora. Na próxima reunião do CNDI, em agosto, a Fibra vai encaminhar uma proposta detalhada sobre como operacionalizar esses recursos.

Aos poucos o cooperativismo começa a ganhar espaço na vida dos brasileiros. Segundo dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), em 2003 essas entidades movimentaram mais de R\$ 6 bilhões, cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB). Reúnem 5,7 milhões de cooperados, distribuídos em 7,4 mil cooperativas. Quase 2 milhões são de cooperativas de crédito.

### Experiência pioneira

Criada por um grupo de empresários do setor industrial de Brasília, com apoio da Fibra e do Sebrae, a Credindústria foi a primeira cooperativa de crédito múltiplo do país. A entidade tem hoje 177 cooperados, sendo 77 pessoas físicas e 100 pessoas jurídicas. A taxa de juro média para capital de giro está em torno de 2,4%/mês, contra 4,99% cobrados por instituições como o Banco do Brasil.

Cláudio Vargas, um dos sócios-fundadores da Credindústria, tem 57 anos, dos quais 40 trabalhando na indústria de armários modulados. Vargas utilizou crédito da cooperativa para municiar o capital de giro de sua empresa. “O mais importante é que quem pega emprestado tem condições de pagar. Isso é bom para os dois lados, para quem pega o empréstimo e para quem concede”, admite.

Segundo o presidente da Credindústria, José Carlos de Luca, a motivação para formar a cooperativa surgiu em parte como uma saída da constante guerra por juros mais



DIVULGAÇÃO

baixos e para escapar das tarifas cobradas pelos bancos. “Por enquanto confirmo o sucesso da fórmula. Temos R\$ 748 mil emprestados, taxas superavitárias e inadimplência zero”, comemora com entusiasmo.

A cooperativa começou a operar com o capital de R\$ 200 mil e de R\$ 400 mil para movimentação. Hoje o seu ativo chega a pouco mais de R\$ 1 milhão. A taxa de adesão para o ingresso de pessoas jurídicas na cooperativa é de R\$ 1 mil, e de R\$ 500 para as pessoas físicas. Esses valores podem ser pagos em três vezes, com uma entrada de 50% mais duas parcelas (30 e 60 dias). A expectativa é de que até o final do ano seja possível atender a 500 cooperantes.

### Abrindo trincheiras

Na busca por crédito mais barato e rápido, a Fiesp lançou no primeiro trimestre deste ano três projetos-piloto de cooperativas de crédito da indústria, com foco nas empresas com faturamento anual de até R\$ 10 milhões. Segundo **Cláudio Luiz Miquelin**, responsável pela área de crédito da Fiesp, a entidade fez um aporte de R\$ 300 mil à cooperativa.

Para Miquelin, em razão das particularidades de uma cooperativa, os riscos de inadimplência são baixos. “Uma cooperativa tem características regionais e vai avaliar não só os números para conceder o crédito, mas também a pessoa”, diz. Os pilotos são a Cooperativa de Crédito Sicredi Ciesp Alta Noroeste (que atende às regiões de Araçatuba e Birigui); a Sicredi Ciesp Alta Mogiana (regiões de Ribeirão Preto e Sertãozinho) e a Cooperativa de Crédito Sicredi Ciesp ABCD.



DIVULGAÇÃO

*Presidente da Fibra, **Antonio Rocha**, e o presidente da Credindústria, **José Carlos De Luca**, na solenidade de inauguração*



# Nordeste, o novo desafio

*Depois de consolidado em várias regiões do país, especialmente no Sul, sistema enfrenta o desafio de se expandir no Nordeste*

O Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil (Sicoob) surgiu no rastro da resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que autorizou, em 1995, a constituição dos bancos cooperativos. Hoje, a mais forte organização do segmento conta com quase 1 milhão de associados, em 800 municípios brasileiros. Tudo começou com a união da Crediminas – Cooperativa Central de Crédito Rural de Minas Gerais com cooperativas de 11 estados para a criação de um banco próprio.

Depois de ter se consolidado em todas as regiões do país, especialmente no Sul, o novo desafio do sistema é se expandir no Nordeste. “Temos condições de trabalhar em favor da transformação econômica e social de regiões mais carentes e isoladas do país. E estamos, com esse propósito, cumprindo um dos princípios do cooperativismo que é o de os mais fortes ajudarem os que estão apenas começando”, afirma o presidente da Confederação Sicoob-Brasil, Heli Penido.

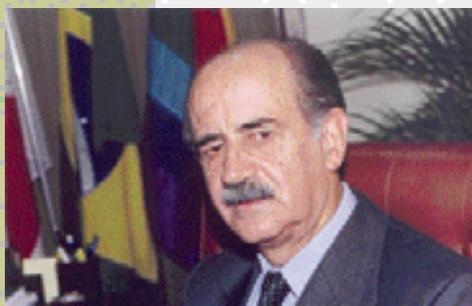
Ele conclama os brasileiros a participarem e a reconhecerem o cooperativismo de crédito como instrumento de transformação social pela via econômica. “O tema é tão importante que deveria ser incluído nas escolas de ensino fundamental e ser mais discutido pela sociedade”, diz.

O Sicoob, o maior sistema do país, nasceu da necessidade expressa pelas cooperativas de vários estados de ter um banco próprio que lhes ofertasse produtos e serviços financeiros em melhores condições do que as instituições convencionais. A idéia concretiza-se, primeiro, com a criação do banco cooperativo

do Sistema Sicredi (Bancicredi), no Rio Grande do Sul. Em seguida, as cooperativas mineiras, coordenadas pela Crediminas, decidem criar o Sistema Sicoob e o Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob). Em janeiro de 1996, as cooperativas mineiras de crédito associadas à Crediminas aprovaram as condições técnicas para a criação do seu novo banco.

Desde a sua criação, o Bancoob vem cumprindo a missão de agregar valor aos serviços e produtos das cooperativas de crédito filiadas ao sistema, conferindo-lhes maior competitividade para marcarem presença no sistema financeiro

FOTO: SILVIO COUTINHO



**“ESTAMOS CUMPRINDO UM DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO QUE É O DOS MAIS FORTES AJUDAREM OS QUE ESTÃO COMEÇANDO”**

**Heli Penido, Sicoob Brasil**



nacional. Com o Bancoob, a liquidez do Sistema Sicoob passou a ser negociada no mercado interfinanceiro com taxas mais atraentes, o que resultou em ganhos para todos os associados.

### Momentos difíceis

A ascensão do Sistema Sicoob não aconteceu sem dificuldades. Logo no início do seu funcionamento, problemas começaram a aflorar. No Espírito Santo, houve, inclusive, a desfiliação de uma de suas centrais pioneiras.

O Comitê de Controladores do Bancoob contratou, então, os serviços de consultoria especializada no setor financeiro, para que elaborasse estudos visando à criação de uma entidade maior do sistema, a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob, o Sicoob Brasil, para operar a representação política da instituição, acompanhar e controlar o sistema por meio de 15 centrais de cooperativas.

Foto: SILVIO COUTINHO



Em junho de 2001, a assembléia elegeu os membros do Conselho de Administração e a primeira Diretoria Executiva da Confederação, integrada pelo presidente Heli de Oliveira Penido e pelo vice-presidente Luiz Lesse de Moura Santos.

### Novos avanços

No momento, o Sicoob Brasil está concentrando esforços para aumentar a prestação de serviços na região Nordeste, começando por Pernambuco. Para tanto, terá o apoio financeiro e tecnológico de instituições nacionais e internacionais, como o Banco Mundial (Bird) e o Sebrae.

Na avaliação de Heli Penido, a atenção ao Nordeste vai significar mais desenvolvi-

mento local e regional. “Fizemos o mapeamento da atuação de bancos e de cooperativas de crédito na região. Esse trabalho vai nos ajudar a consolidar um cooperativismo de crédito mais promissor no Nordeste”, ressaltou. A projeção é que a entidade passe a responder por 0,71% das operações de crédito locais (R\$ 112 milhões) e 0,39% dos depósitos (R\$ 99,3 milhões).

De acordo com a Análise da Capacidade Patrimonial e Econômica do Sicoob no Nordeste, “o volume de atividades das instituições financeiras sugere haver espaço para o desenvolvimento de um cooperativismo de crédito dinâmico e auto-sustentado na região”.

O documento reconhece que o Sicoob Nordeste tem pouca participação no mercado – apenas 0,05% das operações de crédito e somente 0,01% dos depósitos. “Com isso, há muito mercado a ser explorado, havendo inclusive estados sem uma cooperativa singular associada ao Sicoob”.

Também segundo o documento, para ampliar suas operações no Nordeste, o Sicoob-Brasil deverá usar a mesma estratégia empregada com sucesso em outros estados – buscar o apoio de entidades que tenham interesse no surgimento de cooperativas de crédito, como associações comerciais, sindicatos e clubes de dirigentes lojistas.

## RAIO X

O Sicoob é o maior sistema de crédito cooperativo do Brasil, formado por cooperativas singulares urbanas e rurais, localizadas em todas as regiões. Suas respectivas centrais são coordenadas e supervisionadas pela Confederação Sicoob Brasil e têm no Bancoob o seu braço financeiro. Está presente em 19 estados da Federação e no Distrito Federal (SC, PR, SP, RJ, ES, MG, DF, MT, MS, GO, TO, PA, AC, RO, RN, PB, PI, MA, PE e BA) e apresenta os seguintes dados, com base em junho de 2003:

**1,035 milhão** de associados

**15** Centrais de Crédito

**735** Cooperativas Singulares

**758** Postos de Atendimento Cooperativo - PACs

**R\$ 1,5 bilhão** de Patrimônio Líquido Ajustado

**R\$ 2,8 bilhões** de empréstimos

**R\$ 2,3 bilhões** em depósitos

**R\$ 283 milhões** de resultado

Hoje, a movimentação financeira do município e arredores está sendo feita pela Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas (Saromcredi); criada há 13 anos por 27 fundadores, tem atualmente 4 mil associados. A entidade é um exemplo da concorrência saudável que as cooperativas fazem dentro do sistema financeiro, aumentando-lhes a competitividade. Esse tipo de concorrência começa a ganhar mais visibilidade nas cidades de diferentes portes e em todos os segmentos da economia.

Hoje, as ruas de São Roque exibem aumento de tráfego de veículos de paragens vizinhas e mesmo distantes com passageiros interessados nos negócios que se expandem cada vez mais no município. O aumento do tráfego fez surgir o posto de gasolina Rio Peixe, que se viabilizou com empréstimos concedidos pela Saromcredi.

“Um banco carimba um cheque de R\$ 200, enquanto a cooperativa jamais fará isso porque conhece a gente”, afirma o ex-caminhoneiro Antônio Gualberto de Faria, hoje um dos proprietários do Posto Rio Peixe.

Histórias semelhantes podem ser contadas por donos de pousadas, queijeiros, fabricantes de vinho, produtores de uvas, plantadores de milho e café. A maioria dos empreendedores da cidade e entorno tem um pé fincado na Saromcredi.

## A cooperativa a serviço do desenvolvimento local

No início da década passada, a cidade de São Roque de Minas perdeu sua única agência bancária tradicional. Distante 325 km de Belo Horizonte, os seus 6 mil habitantes passaram a enfrentar os 64 km de estrada de terra que os separam da agência mais próxima na vizinha Piumhi.

Sem banco, o município perdia recursos. Com a economia local parada, houve um declínio populacional durante a metade dos anos 90. Mais tarde, outra agência bancária aberta na cidade também fechou as portas. Não era rentável pelos critérios dos grandes bancos. A diferença é que, com a nova cooperativa, ninguém teve de sair do município para honrar seus pagamentos e garantir recebimentos.





“Aqui ninguém queria ficar”, lembra o fazendeiro Onésio da Costa Faria, 74 anos vividos em meio à lavoura. “Hoje, o povo sabe que não precisa sair se não quiser”, diz o agricultor que expressa o sentimento geral dos moradores.

### Desenvolvimento local

“A cooperativa é o banco do município”, afirma entusiasmado o presidente e um dos fundadores da entidade, João Carlos Leite, o Joãozinho, 39 anos. “Captamos e investimos os recursos no próprio município, o Brasil do interior não é mais o do Jeca Tatu”, complementa, ressaltando a atuação da cooperativa até em serviços urbanos.

De fato, com R\$ 2,6 milhões de patrimônio e R\$ 10,5 milhões emprestados, a cooperativa oferece serviços e produtos bancários disponíveis em qualquer agência e atende prioritariamente às necessidades de desenvolvimento local.

Mas a Saromcredi quer ir além e aproveitar a flexibilização do acesso às cooperativas, autorizada no ano passado pelo governo federal. Vai se tornar uma entidade de livre adesão. A idéia é transformar-se numa das mais fortes instituições financeiras da região, onde já tem postos de atendimento em cidades vizinhas.



*“A cooperativa é o banco do município”*  
João Carlos Leite,  
Saromcredi,  
São Roque de Minas

### Sicoob Sertão

Em 1997, o fechamento da única agência bancária no Município de Pintadas, no sertão baiano, mobilizou as organizações sociais atuantes no município. O trabalho dessas organizações, integrantes da Rede Pintadas, em conjunto com a prefeitura, possibilitou o surgimento, no ano seguinte, da cooperativa CrediPintadas, depois transformada no Sicoob Sertão.

Além de exercer funções bancárias, como o pagamento de contas, a entidade atua também na área de microcrédito e se tornou o braço financeiro da Rede Pintadas, inclusive para movimentar doações de parceiros no Brasil e no exterior.

De acordo com Valcyr Almeida Rios, líder do Sicoob Sertão e vereador, a Rede Pintadas é um exemplo de que “a sociedade está criando outros mecanismos de controle social”.

# Sicredi , um século de cooperativismo

*Sistema conta com as primeiras cooperativas de livre adesão do país*

Falar sobre o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) é contar a história do cooperativismo de crédito no Brasil. Entre suas 130 associadas está a centenária Cooperativa de Crédito de Nova Petrópolis (RS). Outra referência é a Cooperativa de Crédito de Lajeado (RS), do tipo “Luzzatti”, de livre adesão de associados, criada em 1906.

O Sicredi ganhou essa denominação em julho de 1992, com a unificação das cooperativas da Cocecrer (RS) e suas filiadas. Três anos mais tarde, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, as cooperativas filiadas à Central do Sicredi - RS constituíram o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Bansicredi), primeiro banco cooperativo privado brasileiro.

Qual é o segredo de uma instituição que conseguiu atravessar tantos anos de crise econômica sem deixar de se expandir?

Segundo o presidente da Sicredi Serviços, a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi, Alcenor Pagnussatt, o ponto forte do sistema é o funcionamento padronizado. Há uma central por estado, pontos de atendimento informatizado com o mesmo visual e plano de remuneração e salários.

O foco do sistema é a promoção do desenvolvimento local. Pagnussatt destaca que o Sicredi é um instrumento voltado para a comunidade, movimentando e reinvestindo recursos locais.

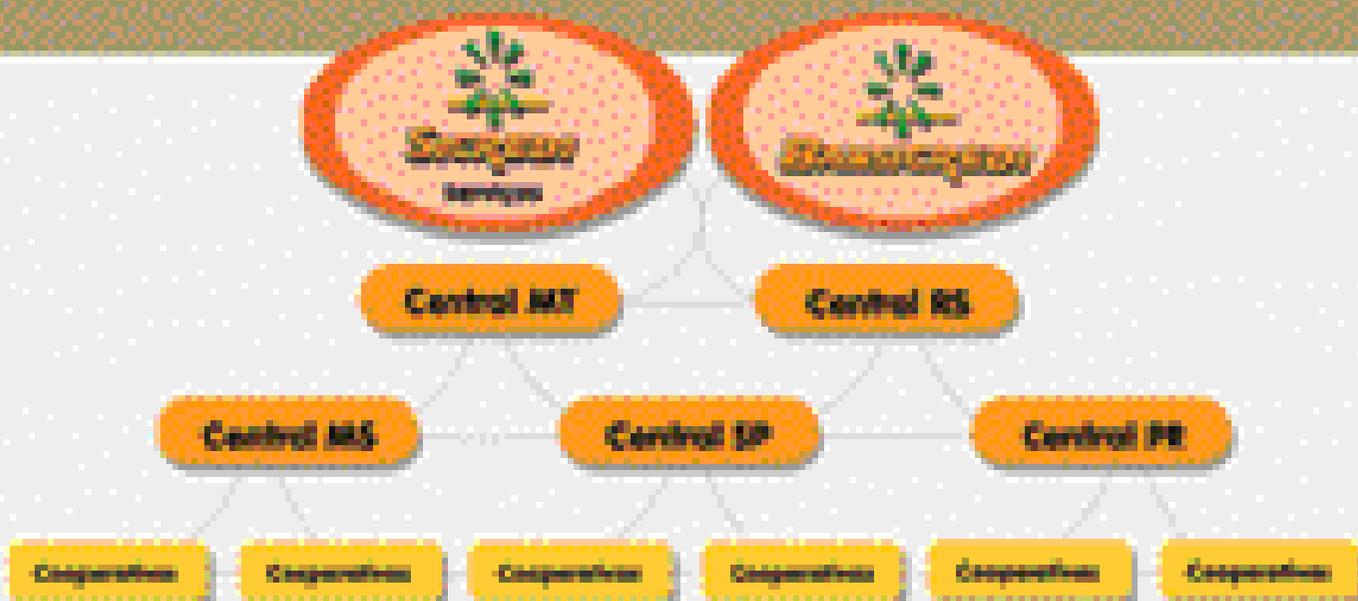
Os demonstrativos das Centrais Estaduais – Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo – ilustram a trajetória de crescimento do cooperativismo de crédito como instrumento de organização econômica da sociedade.

O presidente da Sicredi Serviços está bastante animado com o cenário que se desenha para o futuro do cooperativismo de crédito no Brasil, a partir da aprovação do regime de livre adesão pelo Banco Central. Isso, segundo ele, fará o Sicredi expandir-se ainda mais.

**“COM O REGIME DE LIVRE ADESÃO, TEMOS EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO, MUITO EMBORA JÁ SEJAMOS GRANDES”**

Alcenor Pagnussatt, Sicredi Serviços





“Temos expectativa de crescimento, muito embora já sejamos grandes”, diz, reconhecendo a posição de segundo maior sistema cooperativo de crédito do país, com 718 mil associados e R\$ 623 milhões de Patrimônio Líquido Ajustado.

### Resistência

Apesar do sucesso alcançado, a história do sistema também registra momentos difíceis enfrentadas pelas associadas, solucionados pela própria integração ao sistema.

Um exemplo é a Cooperativa de Crédito Lajeado (RS), fundada em 1º de março de 1906, uma das poucas do tipo “Luzzatti” que resistiram no Brasil. Em 1992, a cooperativa estava para ser fechada. Havia somente quatro associados que a movimentavam. Foi quando se integrou ao sistema Sicredi. Desde então ela vem só crescendo. Conta, atualmente, com 20 mil cooperados, 12 unidades de atendimento e movimenta recursos da ordem de R\$ 79 milhões.

O presidente da Cooperativa de Lajeado, Ruben Neitzke, lembra que chegar ao estágio atual foi bastante trabalhoso. Antes de se integrar ao Sistema Sicredi, o patrimônio da cooperativa estava negativo. Por isso, ressalta a importância dessa integração.

“A Central, que cuida das questões jurídicas, do acesso ao Banco Central, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e outros órgãos. Além disso, nos orienta sobre como proceder junto aos mais diversos órgãos e com relação a normas. Esse é o segredo.”

O Sicredi tem atualmente uma central em cada estado em que atua (RS, MT, MS, PR e SP) e presta serviço tercerizado a sete outros estados, por meio da Sicredi Serviços.

### Metas urbanas

As cooperativas do Sicredi no Rio Grande do Sul já estão se adequando ao regime de livre admissão. Estão entre as primeiras no país a aderirem à nova modalidade após terem seus processos aprovados pelo Banco Central.

A primeira a se adequar foi a Cooperativa Sicredi – Missões, que pretende expandir ainda mais o número de 20 mil associados. “Vamos deixar de ser só rural para ser da comunidade”, afirma o presidente Hermes Marchetti.

Para ele, o grande desafio é motivar o associado urbano, que ainda não assimilou bem a cultura do cooperativismo. Em geral, essa prática é vista como coisa atrasada, de gente do campo.

“Estamos treinando nossa equipe para trabalhar a questão do associativismo com o novo público. Juntas, as pessoas têm um melhor resultado econômico e aprimoram suas condições sociais”, diz Marchetti.

A segunda do estado a obter autorização do Banco Central para adotar a livre admissão foi a Cooperativa Sicredi - Alto Uruguai, com 21 mil associados. A instituição se preocupou em esclarecer, antes mesmo da homologação, as dúvidas dos associados e divulgar, nos jornais e rádios da região, informações sobre o assunto.

O presidente da entidade, Fernando Tomazini, diz que a opção pela livre admissão foi embasada na segurança que proporciona, na medida em que dilui os riscos para a cooperativa, e na possibilidade de gerar novos negócios. “Agora, podemos ampliar a nossa atuação e nos aproximar de outros públicos. Mas, ao mesmo tempo, estamos aumentando consideravelmente a nossa responsabilidade com os associados”, explica.

A Cooperativa Sicredi - Santa Rosa, a terceira a receber a homologação do Banco Central, espera que essa mudança contribua para divulgar ainda mais o trabalho do Sicredi na região. “A nossa expectativa é muito positiva”, afirma o presidente Fernando Dall’Agnese. Para ele, o principal desafio está em ampliar a atuação para outros segmentos sem deixar de lado os mais de 15 mil associados.

“Ao atuar de forma aberta, a cooperativa dilui o risco de ser focada em um único segmento. Isso exige que tenhamos uma visão mais estratégica no que se refere ao atendimento do quadro social”, afirma Dall’Agnese.

## A salvação da lavoura

No dia 12 de maio, ventos de 150 km por hora levaram os sonhos de centenas de produtores rurais da zona rural de Toledo, no extremo oeste do Paraná. Danificaram casas, galpões, aviários, centros de produção agrícola, entre outras benfeitorias. Pelas contas da prefeitura, os prejuízos chegam a R\$ 12 milhões em toda a região.

Escaparam dos efeitos perversos da ventania 80 integrantes da cooperativa Sicredi/Toledo. Eles receberam indenizações em torno de R\$ 1 milhão, viabilizadas pelo convênio com a corretora Crosecoop, um dos serviços e produtos ofertados pela cooperativa.

Os distritos de São Miguel, Vila Ipiringa e Dois Irmãos foram os mais afetados pelos ventos. Isso nunca havia sido registrado na história do município, importante centro de suinocultura conhecido nacionalmente pela Festa Nacional do Porco Assado no Rolete, com 27 anos de tradição.

### RAIO – X

O Sicredi atua com foco no desenvolvimento local. Surgiu em julho de 1992, quando as cooperativas da Cocecrer (RS) e suas filiações unificaram-se. Em 1995, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, as cooperativas filiadas à Central do Sicredi - RS constituíram o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Bansicredi), o primeiro banco cooperativo privado brasileiro. Presente em cinco estados da Federação (RS, PR, MS, MT e SP), o Sistema Sicredi apresenta os seguintes dados estatísticos, com base em dezembro de 2003.

**718 mil** associados

**5** Cooperativas Centrais

**130** Cooperativas Singulares

**818** Postos de Atendimento Cooperativo – PAC

**R\$ 623 milhões** de Patrimônio Líquido Ajustado

**R\$ 1 bilhão** de empréstimos

**R\$ 2,3 bilhões** em depósitos;

**R\$ 111 milhões** de resultados





*“A Sicredi e a seguradora nos atenderam muito bem”  
Edmilson Luís Geisel,  
São Miguel (PR)*

ARQUIVO SEBRAE



O produtor rural Edmilson Luís Geisel, 38, de São Miguel, a 18 km da sede do município, não se cansa de agradecer por ter feito o seguro de seu aviário. Sem isso, ele teria de recomeçar a vida da estaca zero. Livrou-se do dano material, mas não deve esquecer tão cedo dos momentos de aflição durante o vendaval.

“No início da madrugada, por volta de 1 hora, eu, minha esposa e meus dois filhos adolescentes acordamos com aquele barulho de trovão e imagens de grandes relâmpagos. Isso durou mais ou menos uns 10 minutos. Veio um vento muito forte. Em seguida caiu uma chuva torrencial, que acabou virando granizo. Só quando parou saímos para ver os estragos”, relembra.

Uma torre de telefone caiu em cima da casa do pai de Edmilson, do lado da dele, felizmente sem atingir ninguém. Geisel e sua família tiveram que alimentar os frangos manualmente. O sistema automático não funcionou durante cinco dias por falta de energia elétrica. Ele também teve prejuízo em seus galpões, onde havia estocado uma parte da sua produção. No total, os danos somaram cerca de R\$ 30 mil.

Edmilson cultiva soja, milho, trigo e cria frangos em parceria com a empresa Sadia em três aviários. Graças ao seguro dos aviários firmado pelo Sicredi e uma corretora, seus prejuízos foram amenizados. “Nessa parte, não podemos nem nos queixar. A Sicredi e a seguradora nos atenderam muito bem. Demorou um pouco, mas a gente entende, pois existiam inúmeros casos para serem atendidos”, diz ele.

Depois do episódio, o produtor ficou mais precavido do que nunca. Comprou um gerador, renovou o seguro do aviário e incluiu também as duas casas e os dois galpões na nova apólice.

# Dez anos de trabalho em benefício dos profissionais de saúde

*Sistema está cauteloso quanto às regras de livre admissão*

A categoria dos médicos e profissionais de saúde, incluindo hospitais, clínicas e laboratórios, foi o primeiro segmento tipicamente urbano do país a constituir um sistema cooperativo de crédito. Há 10 anos, a 11 de julho de 1994, foi fundada a Confederação das Cooperativas Centrais Unicreds, a Unicred do Brasil, com a participação dos associados das cooperativas de trabalho médico do Sistema Unimed.

Com 96 mil associados, a Unicred ainda está avaliando com cautela a possibilidade de ampliar seus serviços para outros segmentos profissionais, a partir da Resolução 3.106 do Banco Central, em vigor desde junho do ano passado.

O presidente da Unicred do Brasil, Jayr Paula Gonçalves, prefere esperar para ver como vão funcionar as novas regras. Ele avalia que ainda não se produziram experiências suficientes que indiquem o quanto isso pode beneficiar o acesso ao crédito pela população. Mas reconhece que pode se tratar de um avanço significativo.

Segundo Gonçalves, são necessários estudos para medir o impacto do cumprimento das exigências do Banco Central para adequação das cooperativas às regras de livre adesão. “Creio que, na área urbana, poderíamos trabalhar em Florianópolis (SC) dentro dessas condições. No interior a perspectiva é maior, mas esse assunto ainda está sendo discutido nas cooperativas centrais”, informa.

## Braço financeiro da Unimed

O Sistema Unicred tem o mérito de atender a um segmento que é alvo das instituições financeiras tradicionais. Fomenta o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no setor ligado à saúde, financiando o trabalho profissional com taxas mais baixas que as do merca-

**“SÃO NECESSÁRIOS AINDA ESTUDOS PARA MEDIR O IMPACTO DAS EXIGÊNCIAS FEITAS PELO REGIME DE LIVRE ADESÃO”**

Jayr Paula Gonçalves, Unicred do Brasil





ARQUIVO SEBRAE



*O apoio da Unicredi facilita o trabalho dos profissionais de saúde*

do. Opera em um nicho bastante cobiçado pelos bancos.

A marca Unicred foi criada quando um grupo de médicos e outros profissionais da saúde do Município de Casca, a 235 km de Porto Alegre (RS), funda, em 10 de agosto de 1989, uma cooperativa de crédito para dar suporte econômico à categoria. A cooperativa pioneira do sistema recebeu o nome de Vale das Antas, em homenagem à região.

Gonçalves faz questão de lembrar que a Unicred nasceu para dar suporte aos profissionais da área médica ligados

ao Complexo Empresarial Financeiro Unimed. “Nascemos para ser o braço financeiro do Complexo Unimed. Nos orgulhamos de ser a principal instituição financeira dos médicos do Brasil”, destaca.

Parceira e fundadora da Unicred, a Unimed é o maior plano de saúde do Brasil e a maior cooperativa de trabalho médico do mundo. Para atender a mais de 11 milhões de usuários, a empresa tem 51 hospitais próprios e 3.500 credenciados. Mas houve problemas em São Paulo que causaram a liquidação da Unimed local, cujo patrimônio era de R\$ 123 milhões contra um passivo de R\$ 148 milhões.

Com a liquidação da Unimed em São Paulo, a Unicred rateou os

prejuízos junto aos associados, que na verdade eram os mesmos de ambas as instituições. Esse foi um caso isolado. Nos demais estados, a parceria tem mostrado bons resultados. Não existe endividamento das Unimed em nas Unicreds que possa comprometer a saúde financeira da Unicred, informa Gonçalves.

As Unimed estão, no momento, discutindo com a Agência Nacional de Saúde formas de equacionar seus custos e ter viabilidade econômica como cooperativa de trabalho.

## Metas

A UNICRED DO BRASIL ORGANIZA A CONVENÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS UNICREDS QUE, A CADA DOIS ANOS, REÚNE A INTELIGÊNCIA DO SISTEMA, COLABORADORES E FUNCIONÁRIOS DE SUL A NORTE DO PAÍS. A CONVENÇÃO DEFINE OS PROJETOS QUE SERÃO IMPLEMENTADOS E AS METAS DE EXPANSÃO.

OUTRA ATRIBUIÇÃO DA CONFEDERAÇÃO É REPRESENTAR POLÍTICA E INSTITUCIONALMENTE O SISTEMA, ESTABELECEM DIRETRIZES DE PADRONIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DA MARCA.

TAMBÉM PRESTA ASSESSORIA FINANCEIRA ÀS UNICREDS SINGULARES E CENTRAIS, FAZENDO O RANKING DE TODAS AS UNIDADES, POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES MEDIDORES DE PUJANÇA FINANCEIRA E DA QUALIDADE DE GESTÃO DE SEUS ADMINISTRADORES.

## Unicred Norte do Paraná é líder nacional

Fundada em 1997, a Unicred Norte do Paraná passou a ocupar a liderança nacional do sistema em março deste ano, quando bateu o recorde de R\$ 100 milhões de recursos movimentados pelos seus cooperados.

Com sede no Município de Londrina, a Unicred recorde conta com 12 agências e quase 4 mil associados. Boa parte deles é ligada a nove UnimedS que funcionam na região. É uma das sete cooperativas centrais do sistema no estado.

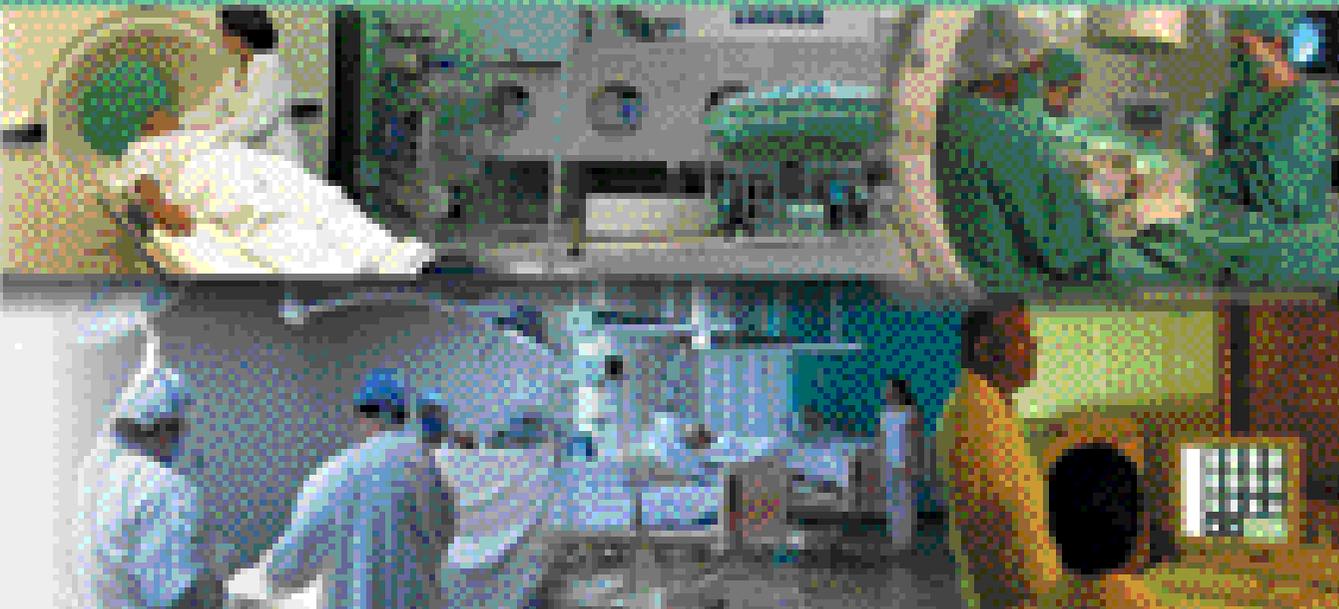
Um de seus associados, o médico urologista Celso Fernandes Júnior, diz que é uma satisfação fazer parte da Unicred. “O bom é que nós recebemos orientação financeira e operamos com taxa de juros que não se encontra em nenhum banco da região”, diz.

Um dos segredos do sucesso está nos juros vantajosos oferecidos aos associados, independentemente da renda de

### ALGUNS PRINCÍPIOS ADOTADOS PELA UNICRED VÁLIDOS PARA TODOS:

- A cooperativa, por participar do mercado, deve garantir suas atividades empresariais.
- É preciso incentivar a capitalização. Na condição de empresários, os sócios devem aplicar recursos na empresa que lhes pertence. Devem investir e garantir o capital de giro para honrar compromissos sem depender de empréstimos de terceiros.
- O princípio de cada pessoa representar um voto na empresa cooperativa faz do associado seu principal elemento.
- A gestão democrática significa que o dinheiro é utilizado para servir ao associado.
- A economia cooperativa disciplina o capital e concentra-se no homem sócio, que, em igualdade com os demais, decide os rumos de sua vida econômica, conforme os objetivos comuns.
- Na cooperativa, o capital deve ser fator de produção, e não de renda financeira.





cada um. A comparação é feita pelo próprio presidente da Unicred Norte do Paraná, Álvaro Jabur.

“No crédito pessoal, os juros estão em torno de 3% ao mês; financiamento de veículos, 1,8% ao mês; e cheque especial, 5%. Nos bancos convencionais a taxa do cheque especial está entre 7% e 8% ou mais,” observa.

O mais importante numa cooperativa de crédito, segundo o presidente da filiada, é a participação dos associados

nos lucros obtidos pelos empréstimos concedidos a eles próprios. É algo inimaginável em qualquer instituição financeira tradicional.

“Ao final do balanço anual, por meio de assembléia geral, em que todos os associados podem participar, os lucros são distribuídos em porcentagens de acordo com a movimentação de cada cooperado, fazendo que haja uma diminuição ainda maior nos juros e nas aplicações”, explica Jabur.

Outros instrumentos usados para alcançar a confiança dos associados são o atendimento diferenciado, atencioso e personalizado e a variedade de opções de financiamento.

“Nossa carteira de crédito apresenta cerca de 30 linhas diferentes, sendo que as mais utilizadas são o financiamento de equipamento de trabalho profissional, imobiliário, de veículos, crédito pessoal e crédito especial”, detalha.

O programa de capitalização voluntária Unicap também recebe grande aceitação entre os associados. Só este ano, o produto já rendeu à cooperativa mais de R\$ 2 milhões, ou seja, uma média de aplicações voluntárias em torno de R\$ 200,00 por cooperado ao mês, recursos incorporados ao patrimônio da cooperativa. O sucesso dessa campanha é uma demonstração clara da credibilidade que a cooperativa goza junto aos seus cooperados.

## RAIO X

O Sistema Unicred é uma instituição financeira que, há dez anos, representa os interesses cooperativos da categoria dos médicos, empresas e demais profissionais da área de saúde. É formado por:

- 10** centrais de cooperativas
- 132** cooperativas singulares
- 219** postos de atendimento
- 96.454** associados
- R\$ 433 milhões** de Patrimônio Líquido Ajustado
- R\$ 712 milhões** em empréstimos
- R\$ 1,1 bilhão** em depósitos
- R\$ 101 milhões** de resultados

# Ecosol, o sistema financeiro solidário

*Rede de cooperativas de crédito dota o país de um sistema financeiro solidário que atende ao trabalhador de baixa renda do campo e das cidades*

O mais novo sistema cooperativo do país, a Ecosol, é filho das lutas sindicais travadas desde a década de 80 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), inicialmente no ABC paulista e mais tarde em todo o país. Surgiu como resultado da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), o braço criado pela entidade para apoiar empresas que passaram a ser controladas por seus empregados.

A Cooperativa Central de Crédito e Economia Popular Solidária (Ecosol) foi constituída em 2002, após intensa mobilização de trabalhadores e comunidades. De saída, foram formadas nove cooperativas de crédito. Porém o sistema só veio a receber autorização do Banco Central em fevereiro de 2004. Nesse período, o trabalho administrativo, jurídico e social da Ecosol ficou a cargo da ADS.

“O atual governo está interessado em incentivar, de fato, a formação de novas entidades”, diz o presidente da Ecosol, Gilmar Carneiro, ressaltando a iniciativa de se voltar a permitir, no ano passado, a constituição de cooperativas de crédito de livre adesão de associados.

## Sistema solidário

O Ecosol é o primeiro sistema cooperativo que se formalizou após as novas regras do Banco Central. Sua criação foi endossada pelos parceiros da ADS no projeto, a Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo (Bancredi), a Agência Administrativa de Seguros do Cooperativismo Brasileiro (Ascoob) e sindicatos filiados à CUT. Do sistema podem também participar cooperativas de produção e outras pessoas jurídicas, desde que mantido o foco de atuação do sistema.

ARQUIVO



Como clientes preferenciais do Ecosol estão trabalhadores da agricultura familiar, da produção industrial, da comercialização, de serviços e de reciclagem (beneficiamento de garrafas plásticas e papelão). “A gente procura formar uma rede cooperativa, na qual se potencializa a qualidade de vida, de renda e de meio ambiente, tudo discutido antecipadamente com a própria comunidade interessada”, explica Gilmar Carneiro.

**“QUANDO O ASSOCIADO INVESTE NO ECOSOL SABE QUE ESTÁ AJUDANDO OUTRAS PESSOAS A SE CAPITALIZAREM E PRODUZIREM”**

Gilmar Carneiro, Ecosol



O Ecosol faz a intermediação entre quem está com dinheiro para investir e quem precisa dele para produzir e se capitalizar, com melhores vantagens em relação aos bancos convencionais. “O sistema é de economia solidária, não tem fim especulativo. Quando o associado investe no Ecosol, sabe que está ajudando outras pessoas a se capitalizarem e produzirem”, argumenta.

### Integração

O Ecosol vem criando vários projetos para atender melhor a sua clientela. Um deles é a Rede de Cooperativas de Produção do Comércio e da Agricultura Familiar (Unisol), concebida para integrar produção e comercialização.

## RAIO X

O Ecosol é um sistema de apoio a cooperativas de crédito solidário. Tem como objetivo organizar uma rede de instituições financeiras de caráter coletivo e solidário para dinamizar o desenvolvimento local sustentável, por meio de incentivo à agricultura familiar e aos pequenos negócios. Tem como princípios o respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero. Está presente nos estados do RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE, CE e PA.

**3.264** associados

**22** Cooperativas Singulares

**24** Unidades de Atendimento

**R\$ 1,3 milhão** de Patrimônio Líquido Ajustado

**R\$ 2,1 milhões** em empréstimos

**R\$ 1,6 milhão** de depósitos

**R\$ 5,3 milhões** em ativos totais

Na prática, essa rede visa melhorar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e de empreendedores populares e ampliar a qualidade de atendimento ao público, incentivando assim o mercado local. É o que a entidade está procurando fazer no comércio livre mais antigo de Belém do Pará, a partir da organização dos comerciantes da feira e do Mercado do Ver-o-peso.

“No Ver-o-peso, há 200 comerciantes que vendem produtos da Amazônia”, cita Gilmar Carneiro. “Queremos reuni-los aos feirantes de outros locais de Belém para formar um núcleo cooperativo.”

O Sistema Ecosol vem estimulando o mercado local. Um exemplo é a iniciativa da Cooperativa de Crédito de Chapecó (SC), a Credichapecó, que criou o “cartão solidário” com limite para os cooperados. Os pontos comerciais terão um terminal de leitura do cartão para operações de débito automático. O sistema garante inadimplência zero para os comerciantes e praticidade nas operações para os associados.

Entre as instituições que apóiam a Ecosol encontram-se: o Sebrae, por meio de convênio de cooperação técnica; a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o convênio para capacitação e fomento de cooperativas de crédito da agricultura familiar; sindicatos rurais; sindicatos de diversas categorias; e parceiros internacionais, como a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), e o DGB Bildungswerk, da central dos sindicatos da Alemanha.

# Trajetória de ousadia e interação

*O Sistema Cresol ganhou força quando os agricultores familiares se capacitaram para administrar as cooperativas*

O projeto só deu certo por causa da ousadia dos agricultores familiares do sudoeste paranaense. Em junho de 1995, nascia a Cooperativa de Crédito de Dois Vizinhos com a difícil missão de implantar um novo sistema de cooperativas baseadas no crédito da agricultura familiar e na integração solidária. Havia apenas a idéia e a vontade de concretizá-la em um espaço cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

No mesmo ano, outras quatro cooperativas foram criadas no Paraná (Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema), dando o primeiro impulso rumo à consolidação do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. Atualmente o sistema atende a 45 mil associados, por meio de uma cooperativa central, sete unidades de apoio e 78 cooperativas singulares.

A trajetória de ousadia e solidariedade atravessou momentos de grandes dificuldades nas contas e dúvidas quanto à viabilidade da proposta. Eram dificuldades alimentadas pela quebra de bancos tradicionais e de cooperativas de produção. Um gerente contratado para assegurar o sucesso da iniciativa foi malsucedido e colocou a entidade à beira do colapso.

Os agricultores responsáveis pela cooperativa decidiram, então, investir na própria capacitação para assumirem a tarefa antes confiada a um profissional estranho à categoria. Consolida-se, assim, um sistema de cooperativismo de crédito direcionado para agricultores familiares, produtores orgânicos, assentados de projetos de reforma agrária e sem-terra.

Havia recursos para a criação de cooperativas específicas para atender a esses segmentos. Uma das fontes eram os fundos de crédito rotativo criados na primeira metade da década de 80. Isso foi reforçado no início dos anos 90, quando surgiram os programas oficiais de financiamento da agricultura familiar, trazendo melhores perspectivas de crescimento rural.

O projeto continua fiel aos princípios de interação solidária: descentralização, participação dos associados, profissionalização e ampliação do apoio e acesso ao crédito e serviços ban-

**"A LIVRE ADESÃO NÃO PODE FULMINAR OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO COOPERATIVISMO COMO O DA AJUDA MÚTUA E DA SOLIDARIEDADE"**

Vanderley Ziger, Cresol

ARQUIVO





cários, transparência em todo o processo e contribuição para o desenvolvimento alternativo, socialmente justo e não degradante do meio ambiente.

### Convivência solidária

O pioneirismo da Cooperativa Dois Vizinhos mostrou que a sustentabilidade de instituições financeiras não convencionais, como é caso do Sistema Cresol, depende muito mais de fatores

não econômicos, ou seja, da rede de relações sociais construídas na convivência solidária dos agricultores familiares.

“Estar entre as primeiras cooperativas do sistema é um privilégio para os agricultores familiares, mas também representou um grande desafio” admite o agricultor Délcio Perim, diretor-presidente da cooperativa.

O líder rural faz parte da história de aprendizagem do Sistema Cresol. Ele lembra que a falta de experiência na administração da cooperativa de crédito dificultou um pouco o trabalho, mas acabou se tornando importante para unir ainda mais os trabalhadores no processo de melhoria de gestão da entidade. “O sistema acabou aprendendo com os nossos erros, e eles acabaram se tornando acertos com o passar dos anos”, afirma Perim.

As dificuldades iniciais serviram para melhorar a credibilidade dos associados no quadro de dirigentes e, principalmente, reforçaram o sentido de organização que caracteriza a agricultura familiar. “Nosso medo era de que os sócios não acreditassem mais na cooperativa e quisessem ir embora. Entretanto, ocorreu o contrário”, recorda o agricultor.

Nos anos 2002 e 2003, o problema de gestão administrativa estava totalmente resolvido, alcançando-se em cinco anos uma meta inicialmente prevista para uma década. Em junho de 2004, a Cresol de Dois



Vizinhos concluiu mais uma etapa na sua história e de todo o sistema: a inauguração de sua sede própria. “Ter a nossa própria sede é sinal de consolidação no município e de sucesso no quadro social”, orgulha-se Perim.

A Cresol de Dois Vizinhos registrou um crescimento acima de 100% no Patrimônio Líquido Ajustado, passando de R\$ 300,7 mil em 2002 para R\$ 603,7 mil em 2003. Esse avanço possibilitou a construção da nova sede. Atualmente, a cooperativa tem cerca de 800 sócios, Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 625 mil e a soma dos empréstimos, recursos próprios e oficiais chega a R\$ 3,2 milhões.



## RAIO X

O Sistema Cresol foi criado para atender a agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Tem como princípios fundamentais a interação solidária, a democratização do crédito, a descentralização, a ampliação do acesso aos serviços bancários, a transparência e, ainda, contribuir para o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente correto. Desde os anos 90, quando surgem os programas oficiais de financiamento da agricultura familiar, o sistema vem se aprimorando. Presente em três estados da Federação (PR, SC e RS), o Cresol apresenta os seguintes dados, com base em dezembro de 2003:

**45 mil** associados  
**1** Cooperativa Central  
**7** Bases de Apoio  
**78** Cooperativas Singulares  
**R\$ 21,6 milhões** de Patrimônio Líquido Ajustado  
**R\$ 98,4 milhões** de empréstimos  
**R\$ 41 milhões** de depósitos  
**R\$ 542 mil** de resultados

## Enfim, a casa própria digna

O agricultor Doélio da Silva Rosa, 39 anos, tem duas casas que simbolizam as etapas da vida da sua família, antes e depois de ter feito um curso sobre cooperativa de crédito no Município de Salgado Filho, sudoeste do Paraná. Desde então, Rosa passou a ser associado do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural e Interação Solidária.

A mais antiga é um casebre de dois cômodos, que o abrigava junto com a mulher e quatro filhos. Sem pintura, é revestido de madeiras toscas com a mesma qualidade das que são usadas em andaimes da construção civil. Já a mais nova, de alvenaria, com cinco cômodos, inaugurada há cinco meses, mostra como o agricultor passou a fazer parte da classe média rural do município.

Rosa realizou o sonho da casa própria digna graças à contrapartida oferecida pelo Sistema Cresol no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), do Ministério das Cidades. Ao todo, serão financiadas 1.280 casas em 240 municípios dos três estados do Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul).



**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL VIVE UM MOMENTO ÍMPAR. CONTA COM O APOIO DO GOVERNO E O ENTUSIASMO DO PRESIDENTE LULA. E NENHUMA OUTRA VEZ HOUVE UM AMBIENTE TÃO FAVORÁVEL AO SEU FORTALECIMENTO. E ISSO TEM QUE SER APROVEITADO.**

**NA REGIÃO SUL A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO ENCONTRA MAIOR RECEPTIVIDADE PELA PRÓPRIA HISTÓRIA DE COLONIZAÇÃO DA MAIORIA DOS AGRICULTORES. PRECISAMOS FAZER QUE ESSE MOVIMENTO CHEGUE TAMBÉM COM FORÇA AO NORTE E NORDESTE DO PAÍS.**

**A LIVRE ADESÃO NÃO PODE FULMINAR OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO COOPERATIVISMO. AO MESMO TEMPO EM QUE PERMITE A SUA EXPANSÃO E COMPETITIVIDADE PODE, CASO NÃO SE TENHA OS DEVIDOS CUIDADOS, DESVIRTUAR PRINCÍPIOS COMO O DA AJUDA MÚTUA E DA SOLIDARIEDADE. AS COOPERATIVAS NASCEM COM UM FOCO EM UM PÚBLICO ESPECÍFICO E A LIVRE ADESÃO NÃO PODE FAZER QUE ELAS DEIXEM DE LADO ESSE PÚBLICO.**



**Vanderley Ziger,  
Cresol**

O programa que beneficiou Rosa foi lançado em dezembro de 2003 e é uma parceria entre os Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Agrário para garantir financiamento habitacional próprio para os trabalhadores rurais, os sem-terra e os pequenos agricultores brasileiros, com apoio dos estados e das cooperativas de crédito. “As outras instituições financeiras vieram de fora, mas a Cresol é da terra, é nossa, da classe dos agricultores familiares”, elogia Rosa.

O programa, no total de R\$ 7,04 milhões, destinará R\$ 5,5 mil por unidade, sendo R\$ 4,5 mil pela casa e R\$ 1 mil de taxas de administração (subsidiados pelo governo federal). Em contrapartida, os governos estaduais participaram com R\$ 1,5 mil por casa no Paraná e no Rio Grande do Sul e com R\$ 3 mil em Santa Catarina.

Como cada casa tem valor estimado de R\$ 9 mil a R\$ 13 mil, o restante será financiado pelo Sis-

tema Cresol. O ministro das Cidades, Olívio Dutra, esteve presente durante a inauguração das primeiras casas.

São nove tipos diferentes de casas, que possuem dois ou três quartos, sala, cozinha e banheiro, em área construída que varia de 45 a 60 m<sup>2</sup>, destinadas a famílias de pequenos agricultores rurais com renda de até três salários mínimos. Essas unidades são parte das primeiras 6.300 garantidas com recursos de 2003.

Pela cooperativa, nos primeiros meses, o produtor rural Rosa pagou R\$ 48,00 por mês pela sua casa nova e se manteve em dia com as prestações. Agora ele está pagando cerca de R\$ 47,00, valor que pode cair, a cada cinco meses, se não houver atraso nos pagamentos.

O Município de Salgado Filho é conhecido nacionalmente pela produção de queijos e vinhos, consolidada pela Festa do Vinho e a Feira do Queijo, que acontece anualmente nos dias 3 e 4 de julho, reunindo cerca de 30 mil pessoas, entre moradores e turistas. Nos eventos são comercializados queijos e mais de dez marcas de vinhos artesanais diferentes, entre eles as marcas Belli, Sugari e o Salgado Filho, este último fabricado numa agroindústria próxima à casa de Doélio Rosa.

“Sou associado desde 1996. Se não fosse a Cresol, não estaria mais trabalhando no meio rural”, afirma Rosa. Hoje o agricultor trabalha na produção de milho, soja, e cria gado leiteiro, em uma área de 30 mil m<sup>2</sup> (três hectares). Para sua subsistência e de sua família, ainda planta arroz e mandioca, além da criação de suínos. Com isso, tem uma renda média mensal de R\$ 500,00 por mês.

# AS "LUZZATTIS"

*As primeiras cooperativas de livre adesão do país, bastante populares nas décadas de 40 a 60. A primeira surgiu em Lajeado (RS) em 1906 e permanece em atividade até hoje.*

As cooperativas de crédito de livre adesão, conhecidas como “Luzzattis”, não são novidades trazidas pela flexibilização das regras do cooperativismo. Fazem parte da história econômica brasileira, e o nome é uma homenagem ao italiano Luigi Luzzatti, que, em 1865, organizou, na cidade de Milão, a primeira cooperativa desse tipo.

Nas décadas de 40 a 60, as “Luzzattis” eram bastante populares no Brasil, como atesta a publicação “Cooperativas de Crédito – História da evolução normativa no Brasil”, por Marcos Antonio Rodrigues Pinheiro, do Banco Central.

Tinham como principais características a não-exigência de vínculo para a associação, exceto limitação geográfica por bairro ou município, quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito, também de pequeno valor, sem garantias reais, não-remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito.

Atualmente, apenas dez “Luzzattis” atuam no país. Em 1965, a criação desse tipo de sociedade cooperativa deixou de ser autorizada e, em 1999, elas foram obrigadas a se converter em entidades mais fechadas à adesão de associados.

A primeira surgiu em 1906, em Lajeado (RS), onde funciona até hoje. Outras existem em Itoioró (BA); Barbalha (CE); Caixeiral do Crato (Crato, CE); Sul Riograndense (Porto Alegre, RS); Hering (Blumenau, SC); Mirassol (SP); Olímpia (SP); Mendes (RJ); e Guarulhos (SP).

## OS PRECURSORES

❶ **Friedrich Raiffeisen** – Nasceu em 1818, na Romênia. Durante os anos difíceis de 1847 e 1848, organizou cooperativas de crédito na Alemanha para atender a agricultores. Inspirou o modelo da primeira cooperativa de crédito no Brasil, fundada em 1902 pelo Padre Teodoro Amstadt, em Nova Petrópolis (RS), que funciona até hoje.

❷ **Herman Schultze** – Nasceu em Delitzsch, Alemanha, em 1808. Organizou bancos populares, entre artesãos. Em 1863 preparou um projeto de auxílio mútuo e, com base nele, foi promulgado o primeiro Código Cooperativo da Alemanha e do mundo.

❸ **Robert Owen** – Nasceu em Newton, Inglaterra, em 1771.

Para Owen, a ideia de trabalho como fonte de felicidade e medida de valor era o principal alicerce do cooperativismo. É conhecido como o “Pai do Cooperativismo Moderno”.

❹ **Alphonse Desjardins** – Nasceu no povoado de Lévis, província de Quebec, Canadá, em 1854. Foi o criador do cooperativismo de economia e crédito mútuo. Estudou o sistema de cooperativismo de crédito desenvolvido na Alemanha (Raiffeisen) e na Itália (Luzzatti). Criou as Caixas Populares, abertas à comunidade.

❺ **Charles Gide** – Nasceu em Uzès, França, em 1847. Foi um dos principais sistematizadores da doutrina cooperativa, o mais destacado líder do cooperativismo de consumo.

❻ **Luigi Luzzatti** – Nasceu em 1841, em Veneza, Itália. Foi político, professor universitário. Estudou em Berlim, Alemanha, onde conheceu Herman Schultze e adquiriu conhecimentos sobre o cooperativismo de crédito urbano. Em 1863 publicou “A difusão do crédito e o Banco Popular”.

❼ **Teodoro Amstadt** – Padre jesuíta suíço, desembarcou em Porto Alegre em 1885. Foi designado para atividades pastorais entre colonos e tornou-se importante líder rural e cooperativista. Fundador da primeira cooperativa de crédito no Brasil, em 1902.

❽ **Maria Thereza Teixeira Mendes** – Fundou em 1960 a primeira cooperativa de crédito mútuo do país, a Cooperativa

# zattis”

Os princípios que norteiam hoje o cooperativismo moderno surgiram em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo.

Pouco depois, em 1848, Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundava na Alemanha a primeira cooperativa de crédito. As cooperativas criadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-partes, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos.

Outro alemão, Herman Schulze, foi o pioneiro no que se refere às cooperativas de crédito urbanas. Em 1850, organizou a constituição de uma cooperativa na cidade alemã de Delitzsch. Esses bancos populares, como passariam a ser conhecidas as cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch, diferenciavam-se das do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, a área de atuação não restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.

Nas Américas, o jornalista Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma cooperativa com características distintas, embora inspirada nos modelos preconizados por Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzatti. A primeira cooperativa criada por Desjardins foi fundada na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900. Esse tipo de cooperativa, que no Brasil hoje é conhecida como cooperativa de crédito mútuo, tinha como principal característica a existência de alguma espécie de vínculo entre os sócios, reunindo grupos homogêneos como os de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica ou funcionários públicos.

dos Empregados da CNBB. Em agosto de 1961, surgiu a Federação Leste Meridional das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo, a FELEME.

⑨ **Roy Bergengren** – Advogado de Massachussets, trabalhou pela organização das cooperativas de crédito nos Estados Unidos. Conseguiu que os estados e o Congresso americano aprovassem legislação favorável ao cooperativismo.

⑩ **Edward Filene** – Nasceu em 1860, em Salen, Massachussets. Descobriu o cooperativismo em uma de suas viagens para a Índia, em 1907. Estudou o assunto e, em 1909, colocou em atividade a primeira cooperativa de crédito geral, a de Boston.

1

2

3

4

5

6

7

8

10

9

# HISTÓRICO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E DO REGIME DE LIVRE ADESÃO NO BRASIL

A possibilidade de criação de cooperativas de livre adesão foi restabelecida em junho de 2003 por decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já adotavam esse regime as cooperativas do tipo Luzzatti. A primeira delas surgiu há mais de cem anos na cidade de Lajeado (RS) e está em atividade até hoje. O roteiro a seguir mostra como a história do cooperativismo de crédito no Brasil confundiu-se com a própria história política e econômica do país.

temente do tipo. É criada a Caixa de Crédito Cooperativo.

■ **28/12/1902** - Dois anos depois da fundação da primeira cooperativa de crédito das Américas, em Quebec, Canadá, é constituída a primeira cooperativa de crédito brasileira, no Município de Nova Petrópolis (RS): a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. Rebatizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis, funciona até hoje.

■ **1º/03/1906** - Nasce a primeira cooperativa de crédito do tipo Luzzatti no Brasil, a Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado (RS), ainda em atividade.

■ **6/01/1903** - Decreto do Poder Legislativo 979 permite que os sindicatos organizem caixas rurais de crédito agrícola, bem como cooperativas de produção ou de consumo.

■ **5/01/1907** - Decreto do Poder Legislativo 1.637 permite às cooperativas captarem recursos de sócios e não-sócios, formalizando o regime de livre adesão.

■ **31/12/1925** - Lei 4.984 exclui as cooperativas de crédito que obedecessem ao modelo de livre adesão da exigência de expedição de carta-patente e de pagamento de quotas de fiscalização ao Ministério da Agricultura.

■ **19/12/1932** - Decreto do Poder Legislativo 22.239 reforma as disposições do Decreto 1.637 e define como cooperativas de crédito as entidades que proporcionam crédito e moeda, por meio da mutualidade, para apoio do pequeno negócio agrícola, industrial, comercial ou profissional.

■ **10/07/1934** - Decreto 24.647 revoga o Decreto 22.239. Todas as cooperativas de crédito passam a precisar, obrigatoriamente, de autorização do governo para funcionar. Começam as restrições de acesso às cooperativas de crédito.

■ **19/10/1943** - Decreto-Lei 5.893 revoga o Decreto 22.239, assim como o Decreto-Lei 581. Retorna ao Ministério da Agricultura a tarefa de fiscalizar todas as cooperativas, independen-

■ **02/02/1945** - O Decreto-Lei 7.293 cria a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), dando-lhe a atribuição de fiscalizar bancos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, e cooperativas de crédito.

■ **19/12/1945** - Decreto-Lei 8.401 revoga os Decretos-Leis 5.893 e 6.274 e revigora, mais uma vez, o Decreto 22.239, juntamente com o Decreto-Lei 581. A incumbência de fiscalizar as cooperativas em geral retorna ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

■ **13/08/1951** - Lei 1.412 transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

■ **11/12/1951** - Decreto 30.265 aprova o regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

■ **16/07/1957** - Decreto 41.872 esclarece que as cooperativas de crédito devem sujeitar-se à fiscalização da Sumoc, no que se refere às normas gerais reguladoras da moeda e do crédito, baixadas pelo governo.

■ **15/04/1958** - Decreto 43.552 reafirma que é atribuição do Serviço de Economia Rural (SER) do Ministério da Agricultura a fiscalização das cooperativas.

■ **10/11/1958** - Portaria 1.079 do Ministério da Agricultura suspende novos registros de cooperativas de crédito.

■ **16/07/1959** - Decreto 46.438 cria o Conselho Nacional de Cooperativismo.

■ **11/12/1961** - Portaria 1.098 do Ministério da Agricultura reafirma que as cooperativas de crédito estão sujeitas à prévia autorização do governo para se constituírem, exceto: a) as caixas rurais Raiffeisen; b) as cooperativas de crédito agrícolas; c) as cooperativas mistas com seção de crédito agrícola; d) as centrais de crédito agrícola; e) as cooperativas de crédito mútuo.

■ **12/11/1962** - Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503 suspende autorizações e registros de novas cooperativas de crédito ou com seções de crédito.

■ **31/12/1964** - Lei 4.595 equipara as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras, que passam a ser fiscalizadas pelo Banco Central.

■ **20/12/1965** - Resolução 11 do Conselho Monetário Nacional (CMN) veda o surgimento de novas cooperativas de crédito de livre adesão. Permite a criação de apenas dois tipos de cooperativas de crédito: a de produção rural e aquelas formadas unicamente por empregados de determinada empresa ou entidade pública ou privada.

■ **28/01/1966** - Resolução 15 do Banco Central estabelece que as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas mistas somente podem captar depósitos à vista de seus associados. Fica vedada a não-distribuição de sobras.

■ **30/06/1966** - Resolução do Banco Central 27 estabelece que as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas mistas devem receber depósitos exclusivamente de associados, pessoas físicas, funcionários da própria cooperativa e de instituições de caridade, religiosas, científicas, educativas e culturais, beneficentes ou recreativas, das quais participem associados ou funcionários da própria cooperativa.

■ **21/11/1966** - Decreto-Lei 59 revoga definitivamente o Decreto 22.239, assim como o Decreto-Lei 5.154/42, e determina que as atividades creditórias das cooperativas somente podem ser exercidas em entidades constituídas exclusivamente com essa finalidade.

■ **19/09/1968** - Resolução 99 disciplina a autorização para funcionamento de cooperativas de crédito rural.

■ **16/12/1971** - Lei 5.764 revoga o Decreto-Lei 59, assim como o Decreto 60.597, instituindo o regime jurídico vigente das sociedades cooperativas. Define a cooperativa como sociedade de pessoas, de natureza civil. Mantém a fiscalização e o controle das cooperativas de crédito e das seções de crédito das agrícolas mistas pelo Banco Central.

■ **05/10/1988** - As cooperativas de crédito continuam dependentes de prévia aprovação do governo para funcionar, por força do disposto no artigo 192 da Constituição.

■ **21/03/1990** - Decreto 99.192 extingue o BNCC.

■ **11/03/1992** - Resolução 1.914 do Banco Central revoga as resoluções 11, 27 e 99, veda a constituição de cooperativas de crédito do tipo Luzzatti, assim compreendidas aquelas sem restrição de associados.

■ **31/08/1995** - Resolução 2.193 permite a constituição de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, os bancos cooperativos. Surgem o Bansicredi e o Bancoob.

■ **27/05/1999** - Resolução 2.608 revoga a Resolução 1.914. Determina prazo para que as cooperativas do tipo Luzzatti, se convertam em cooperativas de crédito mútuo ou de crédito rural.

■ **30/08/2000** - Resolução 2.771 revoga a Resolução 2.608, mas mantém a proibição da criação de novas cooperativas do tipo Luzzattis. Reduz os limites mínimos de patrimônio líquido para as cooperativas de crédito, substituindo pelo critério de patrimônio líquido ponderado pelo grau de risco do ativo, passivo e contas de compensação.

■ **30/11/2000** - Resolução 2.788 permite a constituição de bancos múltiplos cooperativos.

■ **10/01/2002** - Os artigos 1.093 a 1.096 da Lei 10.406 do novo Código Civil estabelecem as características básicas da sociedade cooperativa, remetendo a regulamentação do tipo jurídico das cooperativas à lei específica, atualmente Lei 5.764, de 1971.

■ **20/12/2002** - Resolução 3.058 permite a constituição de cooperativas de crédito mútuo formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores.

■ **25/06/2003** - Resolução 3.106 revoga as Resoluções 2.771 e 3.058, permitindo a constituição de cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de 100 mil habitantes, e a transformação de cooperativas existentes em cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de 750 mil habitantes. Exige, no mínimo, três anos de funcionamento e patrimônio referente a, no mínimo, R\$ 600 mil nas regiões Sul e Sudeste, R\$ 500 mil na região Centro-Oeste e R\$ 400 mil nas regiões Norte e Nordeste. Permite a continuidade de operação das cooperativas de livre admissão conhecidas como cooperativas do tipo Luzzatti.

■ **17/07/2003** - Circular 3.196 dispõe sobre o cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos. Reduz para os bancos cooperativos, cooperativas centrais e cooperativas singulares filiadas às centrais as exigências de patrimônio em relação ao risco das operações. Mantém maior exigência de PLE para as cooperativas de crédito não filiadas a centrais.

■ **20/08/2003** - Circular 3.201 dispõe sobre procedimentos complementares a serem observados pelas cooperativas de crédito relativamente à instrução de processos.

■ **27/11/2003** - Resolução 3.140 permite a constituição de cooperativas de crédito de empresários em empresas vinculadas diretamente a um mesmo sindicato patronal ou à associação patronal de grau superior, em funcionamento, no mínimo, há três anos.

■ **17/12/2003** - Resolução 3.156 autoriza as cooperativas de crédito a contratarem correspondentes no país.

■ **18/02/2004** - Circular 3.226 dispõe sobre a prestação de serviços por parte de bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal para cooperativas de crédito.

■ **29/03/2004** - Resolução 3.188 autoriza aos bancos cooperativos o recebimento de depósitos de poupança rural.

#### Fonte:

"Cooperativas de Crédito – História da evolução normativa no Brasil", Marcos Antonio Henriques Pinheiro, do Banco Central.



# Nova face para o Sistema Financeiro

*O Sebrae aposta e acredita no cooperativismo de crédito como ferramenta de fortalecimento dos pequenos negócios*

Uma das grandes dificuldades das mais de 13 milhões de micro e pequenas empresas formais e informais é o acesso ao crédito e demais serviços financeiros compatíveis com suas necessidades e possibilidades. Contribuir fortemente para uma mudança nesse quadro é uma das prioridades estratégicas do Sebrae. O cooperativismo de crédito é um importante aliado nessa empreitada.

A revista **Cooperativismo de Crédito** tem o objetivo de contribuir com as ações que o Sebrae desenvolve em todo o país para apoiar e fomentar as cooperativas de crédito de micro e pequenas empresas ou de livre admissão.

Juntamente com os sistemas cooperativos, a mobilização das micro e pequenas empresas e de suas organizações de representação irão mudar a face do sistema financeiro brasileiro nos próximos anos. O Sebrae acredita e aposta no cooperativismo de crédito como uma das mais importantes ferramentas para o fortalecimento dos pequenos negócios e para o desenvolvimento econômico e social do país.

Carlos Alberto dos Santos,  
Gerente da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros  
Sebrae Nacional